

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E
NOVAS TECNOLOGIAS**

AGENOR RAMOS DO PRADO FILHO

**DICIONÁRIO ON-LINE PARA REFLEXÕES ACERCA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESTRUTURA CÍVICO-MILITAR**

CURITIBA

2022

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E
NOVAS TECNOLOGIAS**

AGENOR RAMOS DO PRADO FILHO

**DICIONÁRIO ON-LINE PARA REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO
BÁSICA EM ESTRUTURA CÍVICO-MILITAR**

CURITIBA

2022

AGENOR RAMOS DO PRADO FILHO

**DICIONÁRIO CRÍTICO ON-LINE PARA REFLEXÕES ACERCA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESTRUTURA CÍVICO-MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Luana Priscila Wunsch

CURITIBA

2022

P896d Prado Filho, Agenor Ramos do
Dicionário on-line para reflexões acerca da educação
básica em estrutura cívico-militar / Agenor Ramos do Prado
Filho. – Curitiba, 2022.
111 f. : il. (algumas color.)

Orientadora: Profa. Dra. Luana Priscila Wunsch
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e
Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
UNINTER.

1. Educação básica. 2. Programa Nacional das Escolas
Cívico-Militares. 3. Dicionários. 4. Sistema Cívico-
Militar. 5. Inovações educacionais. 6. Tecnologia
educacional. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

CENTRO UNIVERSITÁRIANACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa N° 008/2022

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE
MESTRE EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 30 de março de 2022, às 10h, reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Luana Priscila Wunsch (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER), Iara Carnevale de Almeida (Integrante Externo/ UNICESUMAR), Luciano Frontino de Medeiros (Integrante Interno Titular-PPGENT/UNINTER), Cleber Araujo Cabral (Integrante Interno Suplente-PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: "DICIONÁRIO ON LINE PARA REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESTRUTURA CÍVICO-MILITAR", do mestrando Agenor Ramos do Prado Filho. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida ao mestrando, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que o mestrando foi:

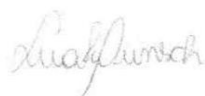
(X) APROVADO, devendo o candidato entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

() APROVADO, somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.

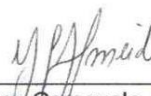
() REPROVADO.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que o candidato foi aprovado e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

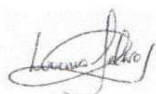
Recomendações: seguir as orientações da banca acerca do nome do produto.



Dra. Luana Priscila Wunsch
Presidente da Banca



Dra. Lara Carnevale de Almeida
Integrante Externo



Dr. Luciano Frontino de Medeiros
Integrante Interno Titular

Dr. Cleber Araujo Cabral
Integrante Interno Titular



Agenor Ramos do Prado Filho
Mestrando

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar quero dedicar esse trabalho àquele que tem me cuidado e feito com que os temores e percalços, inerentes a qualquer ser humano, jamais sejam maiores do que a vontade de prosseguir. Deus, sou totalmente dependente e ciente de que sua graça e sabedoria, me trouxeram até aqui, por caminhos que jamais imaginei e protegido de problemas que somente na eternidade terei total conhecimento da história por completo.

Seguindo, dedico a pessoa que me foi confiada por ele, para ser amada e cuidada como um tesouro, fato em que muitas vezes acabei não realizando, homem falho que sou, mas que em tudo esteve presente, até mesmo durante minhas ausências, mergulhado em digitações infinitas, pois nunca duvidei que estivesse por perto, seja pelo ombro amigo nas horas em que queria tudo, menos ler, pensar e digitar, seja nos momentos entre um café e outro, me ouvindo sobre as agruras que me cercaram durante todo o processo do mestrado. A minha esposa Simone Cristine Sarda, meus mais sinceros agradecimentos e desejos de podermos seguir crescendo juntos, sempre lembrando de valorizar aquilo que é eterno.

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos externando toda minha gratidão aos diversos profissionais de educação que tive a honra de ter pelo caminho, os quais mesmo sem a exigência legal, possibilitaram as inúmeras participações e práticas de pesquisas realizadas no decorrer desse trabalho. Aos diretores que abriram as portas das instituições que representam, todo meu respeito e admiração.

Acrescento aqui um aparte para citar minha nova orientadora, que pelas circunstâncias da vida precisou me socorrer nessa batalha de reta final da dissertação. Professora Luana Wunsch, meus mais sinceros agradecimentos pela dedicação e carinho a mim oferecidos. Sua dedicação e companheirismo esclarecem muito bem a definição do termo “orientadora”, pois foi assim que fez-me sentir, seguro e bem orientado no entendimento do trabalho.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente ao meu querido orientador, onde a sapiência e a doçura resolveram fazer morada, estimado Mestre Ivo José Both. Sei que sua titulação transcende ao acima citado, mas também sei que diplomas nunca irão descrever uma pessoa na prática, e assim decidi nomeá-lo como Mestre Ivo! Sem horários para me atender, tampouco praticante dos frios formalismos acadêmicos, mas sim presente e direto em suas orientações, sem jamais tolher minhas aspirações e inspirações na busca por um projeto que alcançasse a muitos. A ti Mestre, minha sincera homenagem nas cores Azul e Branco.

RESUMO

O presente trabalho, de cunho qualitativo, integra o projeto de pesquisa “Perspectivas Híbridas, Ativas e Inovadoras no Contexto Educacional pós-março de 2020” do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário UNINTER. Sob o objetivo central de estruturar um protótipo de dicionário *on-line* crítico acerca de termos e conceitos que envolvem tais escolas, sendo um suporte acadêmico para reflexões (e aplicações), a pesquisa foi desenhada e aplicada metodologicamente em duas etapas: (i) estruturação e aplicação de análise diagnóstica, nessa etapa foi aplicado, de forma diagnóstica, um questionário com 10 questões para (re)conhecer os passos dados dos agentes que fazem parte do sistema escolar cívico-militar, dando voz para 24 pessoas da comunidade escolar, entre: 6 estudantes, 6 responsáveis e 12 professores e/ou funcionários da escola; (ii) revisões de literatura - sobre a temática em 3 plataformas de pesquisa científica *Scholar.Google*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Periódicos CAPES; e documental por meio das portarias sobre Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares nº 852/2021, nº 925/2021, nº 40/2021 e nº 1071/2020. Logo, a partir da análise dos dados coletados pode-se perceber a intensa relevância em desenvolver um produto de aplicabilidade pedagógica para o apoio na reflexão acerca das diferentes percepções acerca do tema que envolve bases pedagógicas, sociais e políticas nos tempos atuais, aqui denominado “C-M-REFLEXÕES”, sendo um convite *on-line* para o debate acerca do tema “cívico-militar e educação”, desenvolvido e publicado, por meio da plataforma Google. Sites.

Palavras-chave: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, Dicionário on-line de Verbetes, Práticas e Legislação.

ABSTRACT

This qualitative research is part of the project "Hybrid, Active and Innovative Perspectives in the Post-March 2020 Educational Context" of the Professional Master's and Doctoral Program in Education and New Technologies at Centro Universitário Uninter. Under the central objective of structuring a prototype of a critical online dictionary about terms and concepts that involve such schools, being an academic support for reflections (applications), the research was designed and methodologically applied in two stages: (i) structuring and application of diagnostic analysis, at this stage, a questionnaire with 10 questions was applied diagnostically to (re)know the steps taken by the agents that are part of the civic-military school system, giving voice to 24 people from the school community, among: 6 students, 6 guardians and 12 teachers and/or school staff; (ii) literature reviews - on the subject in 3 scientific research platforms Scholar.Google, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and CAPES Periodicals; and documentary through the ordinances on the National Program for Civic-Military Schools No. 852/2021, No. 925/2021, No. 40/2021 and No. 1071/2020. Therefore, from the analysis of the collected data, it is possible to perceive the intense relevance of developing a product of pedagogical applicability to support the reflection on the different perceptions about the theme that involves pedagogical, social and political bases in the current times, here called "CM-REFLECTIONS", being an online invitation for the debate on the theme "civic-military and education", developed and published, through the Google.sites.

Keywords: *National Program of Civic-Military Schools, Online Dictionary of Entries, Practices and Legislation.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECIM: Escolas Cívico-Militares

PCIM: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

EJA: Educação de Jovens e Adultos

CPM: Colégio da Polícia Militar do Paraná

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica

PISA: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (*Programme for international Student Assessment*)

MAE: Medalha de Aplicação e Estudo

MEC: Ministério da Educação e do desporto

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

CMC: COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA

CELEM: Centro de Línguas Estrangeiras Modernas

NEA: Associação Nacional de Educação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expectativa Educacional.....	44
Gráfico 2: Termo Militar	44
Gráfico 3: Indisciplina.....	45
Gráfico 4: Apoio ou Rejeição	45
Gráfico 5: Mudanças necessárias.....	46
Gráfico 6: Comunidade e Implementação	46
Gráfico 7: Liberdade de expressão.....	47
Gráfico 8: Bom desempenho	47
Gráfico 9: Gestão Compartilhada	48
Gráfico 10: A presença de militares	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Revisão de Literatura.....	23
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura Revisão	23
Figura 2: QRCODE site	65

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - METODOLOGIA.....	18
1.1 Estruturação e aplicação de análise diagnóstica.....	18
1.2 Revisões de literatura e documental.....	22
CAPÍTULO II - A escola Cívico-militar e base pedagógicas relacionadas.....	26
CAPÍTULO III - Descrição e análise dos dados.....	37
3.1 Prós e contras do sistema cívico - militar	39
3.2 O início	49
3.3 Projeto cívico-militar no Brasil	51
3.4 A disciplina e sua influência na educação	58
CAPÍTULO IV - PRODUTO DE APLICABILIDADE PEDAGÓGICA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

Iniciei minha trajetória profissional no ano de 2005, quando ainda com matérias para cumprir na faculdade, deixei minha carreira de encarregado de expedição e resolvi aceitar o desafio de adentrar uma sala de aula, ainda que fora da minha disciplina de formação, tendo na época a oportunidade de trabalhar com a disciplina de Arte.

Ali já comecei a viver, longe das aconchegantes salas teóricas da faculdade, a realidade da falta de estrutura e de planejamento do sistema em geral. No ano seguinte, finalmente concluí minha graduação em Letras com Licenciatura Plena (Português/Inglês), mas pela baixa pontuação no processo seletivo de contratação, devido à pouca experiência na área, acabei retornando ao setor empresarial, voltando a assumir aulas apenas na metade do ano de 2006. Pouco depois disso consegui ser integrado a um projeto de um município vizinho, em Campina Grande do Sul, para ministrar aulas de Língua Inglesa no fundamental 1, fato que tenho até hoje como grande valia para entender o processo educacional desde seu princípio. A partir do ano seguinte as coisas se estabilizaram e desde então tenho trabalhado na educação ininterruptamente.

Nesses pouco mais de quinze anos tenho participado das mais variadas faixas-etárias, trabalhando com todos os níveis da educação no país, do fundamental ao superior, fato que certamente me fez crescer enquanto profissional, uma vez que me aproximou de situações, onde apenas a teoria não poderia me dar a verdadeira bagagem para encarar e realmente conhecer meu trabalho com tamanhos desafios.

Já em 2008 comecei a buscar mecanismos que me fizessem crescer na área da educação, indo atrás de cursos que me possibilitaram o aprofundamento docente. Iniciei minha pós-graduação em Psicopedagogia, encerrada no ano seguinte, curso que me auxiliou a entender o aluno muito além de um simples número em sala de aula, mas sim capaz de me fazer interessar pelos porquês de suas dificuldades e insucessos. Essa habilidade de se importar pelo outro, certamente me fez abrir os olhos e entender a necessidade de fazer com que tal relacionamento nunca mais fosse tão raso e inexpressivo, dentro ou fora de sala de aula.

Outro fator muito relevante foi o fato de ter trabalhado com Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde o princípio da caminhada docente, pois isso me fez enxergar a importância de se relevar assuntos possíveis, muitas vezes sem importância para muitos, mas fundamentais para quem precisa de ouvidos atentos para ouvir, e estender a mão aos que retornam ao banco escolar com idade já avançada, em referência aos demais alunos. Tempos depois fiz minhas segunda e terceira pós-graduação em Tutoria e Ensino de Jovens e Adultos, respectivamente.

Quase duas décadas se passaram em minha caminhada na educação enquanto professor, certamente com muitas alegrias e decepções, inerentes a qualquer setor da vida, sigo certo de que muitos outros desafios aparecerão, mas com a clareza de que ao olhar para trás, apesar da bagagem valiosíssima que trago, jamais poderei me dar por satisfeito, tampouco utilizá-la como argumento para deixar de buscar ainda mais aprendizado.

Enquanto professor da rede pública e particular no Estado do Paraná há quase duas décadas, tenho acumulado diversas experiências, algumas exitosas, outras nada positivas, no que se refere aos modelos pedagógicos encontrados nas escolas por onde passei. Observei que, na prática, independentemente das particularidades vividas nas instituições, as coisas são levadas e condicionadas para não serem discutidas de modo mais profundo. De agressões verbais a físicas, passando pela total impotência dos profissionais perante situações gravíssimas de total desrespeito para com a instituição que deveria ser protegida.

Em conselhos de classe convivemos com a máxima de que não devemos analisar ninguém pelo lado comportamental! Mas isso seria coerente, uma vez que tais atitudes acabam afetando diretamente no desempenho escolar de todos? Na prática, o que vemos são diretores sendo desautorizados em suas atitudes, presos em amarras que superestimam direitos e eliminam deveres, impedindo ações práticas e eficientes dos responsáveis pela dinâmica do cotidiano pedagógico.

Tais situações acabam por banalizar medidas, esmagando ideias e medidas que tentam manter o mínimo de organização no local.

Estudantes são devolvidos às salas de aula, mesmo após cometerem atos gravíssimos com integrantes do seu meio, com um sorriso debochado e um papel de autorização do setor pedagógico, ou até liberados e reintegrados às salas pelo

Conselho Tutelar, que muitas vezes transfere unicamente à escola o papel de resolver situações que nem mesmo a família consegue resolver.

Logicamente que os pontos citados acima são extremos, porém, as dificuldades diárias têm aumentado pelas pequenas práticas de descaso e impotência. A falta de respeito há muito deixou de ser exceção e, cada vez mais cedo, começou a acompanhar o cotidiano de docentes de todos os níveis de ensino, fazendo com que a docência esteja longe das carreiras mais desejadas no mercado de trabalho. Em contrapartida, alguns formadores de opinião, principalmente na área política, seguem com a falsa premissa de que os profissionais de educação devem trabalhar “por amor”, tentando assim, relevar os descasos e a falta de estrutura na educação.

Em meio a tudo isso surge a implementação de algumas escolas cívico-militares, bem como a proposta para que dezenas delas sejam implementadas no estado do Paraná. Mas será esse modelo capaz de ajudar a diminuir tamanhas dificuldades comportamentais no ambiente escolar em que serão inseridos? Trarão resultados satisfatórios a médio ou longo prazo ou acabarão ferindo a liberdade pedagógica, como afirmam muitos especialistas?

Neste sentido, a pesquisa busca debater e aprofundar ideias que demonstrem as necessidades, dificuldades e os principais pontos do sistema cívico-militar na educação pública estadual de forma objetiva.

Na busca por delimitar as partes envolvidas na discussão, bem como o quanto suas posições devem ser pesadas e avaliadas antes de se tomar a decisão pela implementação do método cívico-militar, se faz necessário uma ampla discussão a respeito do tema, uma vez que, segundo o projeto, o método depende da aprovação popular para ser implantado, para isso, é de fundamental importância a realização de pesquisas e colocações de ideias que debatam os conceitos, ora factuais, ora até mesmo preconceituosos e desrespeitosos a respeito do sistema militar no Brasil;

Na intenção de debatermos, será dada voz a toda comunidade escolar, visando como consequência esclarecer pontos que evidenciam os porquês de tanta polêmica quando se trata do termo militar sendo vivido e praticado no século XXI, e misturando-se nas entranhas pedagógicas tradicionais. Isso pretende trazer à luz os motivos responsáveis por muitas vezes dividirem os componentes do corpo escolar, ao ponto de suscitar tamanhas desavenças e fartas opiniões sobre o assunto.

Portanto, tornar-se-á um grande desafio desassociar o Regime militar bélico e aproximá-lo do modelo cívico-militar proposto, afinal, para muitos, pedagogia e militarismo são como água e vinho, e por isso, jamais deveriam ser cogitadas num mesmo ambiente. Por outro lado, existem os que acreditam estar na valorização à disciplina, no respeito à hierarquia e ao sistema escolar como um todo, o ponto de partida para a concentração e a melhoria no desempenho escolar dos estudantes, fatores que para estes acabaram se perdendo com o passar dos anos.

Enfim, existe a necessidade de se produzir um material com ideias atualizadas e equilibradas sobre o modelo a ser implementado, auxiliando os atuais e futuros debatedores do assunto com resultados alcançados com o trabalho, proporcionando subsídios conseguidos através da expectativa de se dar vez e voz toda comunidade escolar por completo.

Com isso, faz-se necessário a pesquisa aprofundada das mais variadas metodologias que, apesar de recém implementadas, acabam por ser simplesmente desprezadas em sua origem, independentemente de seus possíveis resultados, sem analisarmos suas metas e perspectivas de alcance.

É comum no educador que a tudo critique. Faz isto muitas vezes por convicção, mas costuma esquecer que a coerência da crítica está na autocrítica. Todo questionamento tem a constituição do bumerangue: vai, mas sempre volta. Assim, o educador que a tudo crítica, mas se exime da crítica e principalmente da autocrítica, destrói sua condição de crítico. Fazer crítica acrítica é destruir-se como crítico, assim como propor inovação evitando inovar-se é destruir-se como capaz de inovação (DEMO, 2010, p. 38)

A polarização é um fato inegável e corriqueiro na atualidade brasileira, dos assuntos mais banais aos mais relevantes, no cotidiano nacional. Poucos são os que nunca se viram discutindo com um parente ou amigo pelos mais diversos assuntos, de um simples usar vermelho ou amarelo à compra dessa ou daquela vacina, evidenciando-se, portanto, uma prática de que não iremos nos livrar com facilidade.

Assim, buscamos nos diversos ambientes de ensino, o cumprimento de um papel primordial na sociedade, qual seja, a abertura e o incentivo às ideias, em que se privilegie o diálogo e o respeito pleno a todos, e onde as mais variadas orientações pedagógicas possam ser trazidas para o centro da discussão.

Compreender a escola como um espaço de produção e socialização do conhecimento e das relações traz subsídios para transformações e mudanças na educação. Assim, a gestão escolar tem grande responsabilidade na efetivação de novos encaminhamentos, em especial no entendimento de que a gestão da escola não perpassa apenas pela figura do diretor, numa perspectiva individual, mas sim numa construção que é coletiva (GROCHOSKA, 2013, p. 15)

Nesse contexto, torna-se necessário pensar em modelos educacionais que apresentem boas práticas com resultados expressivos nestas avaliações. Chegando, assim, na problemática desta pesquisa: **em modelos educacionais que são aplicados atualmente no Brasil, de forma geral, quais os pontos de destaque para que sejam considerados como consistentes, e coerentes, com uma formação humana e cidadã?**

E, dentre tantos modelos apresentados atualmente com estas características, toma-se como recorte analisar a proposta das escolas cívico-militares (ECIM)¹ em suas estruturas legislativas, pedagógicas e tecnológicas.

A escolha desta base, deu-se pelo entendimento do pesquisador sobre a necessidade de trazer à discussão sobre a eficácia dos métodos nele vividos diariamente, analisando mais a fundo seus métodos avaliativos como um todo, indo além da imposição pela disciplina pura e simples, mas sim, pesquisando sobre todos os pormenores que a compõem, de forma prática e diária, e assim, termos uma profunda discussão sobre sua implementação de forma qualitativa e quantitativa no Brasil.

Neste sentido, o **objetivo geral é estruturar uma versão preliminar de dicionário *on-line* crítico acerca de termos e conceitos que envolvem tais escolas, sendo um suporte acadêmico para reflexões (a aplicações), tendo como objetivos específicos:**

- a) Revisar de forma sistemática os documentos sobre o planejamento e aplicação das escolas cívico-militar no Brasil;
- b) Revisar literatura sobre o planejamento e aplicação das escolas cívico-militar no Brasil;
- c) Revisar e aplicar uma análise diagnóstica com uma comunidade escolar da Educação Básica sobre as perspectivas desta temática.

¹ Detalhada nos capítulos III e IV desta dissertação

Assim, este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

No capítulo I será abordada a metodologia utilizada como análise diagnóstica, onde será descrita a instituição de ensino pública escolhida, sendo essa já participante do modelo Cívico-Militar desde o início de 2020, e, portanto, com algumas experiências bem encaminhadas no que diz respeito à gestão compartilhada entre a parte civil e a militar. Por fim, cita-se também a pesquisa de revisão literária, apesar do tema tratar-se de um conceito atual, de caráter misto e inovador, trazendo algumas citações relevantes para a dissertação.

No capítulo II serão comentadas as bases pedagógicas realizadas nos colégios participantes, utilizando-se de estratégias específicas, muitas delas já exitosas em outros ambientes de ensino. Nesse capítulo, serão tratados de temas fundamentais e caros para uma sociedade desenvolvida, onde pontos como colaboração; comunicação; criticidade e criatividade serão destacados e propostos em sua essência, fazendo com que todos os envolvidos na educação do local estejam afinados com as metas a serem atingidas.

O capítulo III tem a intenção de trazer as diversas particularidades do sistema, com suas partes polêmicas, onde os pontos positivos e negativos do sistema Cívico-Militar serão tratados de modo real e cotidiano, tentando ao máximo se abster de ideologias cegas e inconsequentes, onde o diálogo e a pesquisa irão se sobrepor às paixões que tanto travam a discussão sadia no ambiente escolar.

Além disso, trará a fundamentação descritiva do produto tecnológico planejado, realizado através de uma versão preliminar de um dicionário de verbetes on-line.

CAPÍTULO I - Metodologia

Essa pesquisa, de cunho quanti-quali, de modo exploratório, tem na sua base a necessidade de se entender as reais discussões em torno do projeto, vindo a

consolidar-se, ao longo da história científica, como prática que possibilita o desvendamento de objetos subjetivos que, por sua complexidade, exigem compreensão mais aprofundada dos fenômenos que os envolvem. Em alguns casos, de nada adianta uma pesquisa quantitativa sem antes se ter as qualidades para serem quantificadas (VIEIRA E TIBOLA, 2005, p. 11).

Com o propósito de interagir de modo prático e direto com a realidade do objeto do estudo, foram consideradas duas etapas no estudo: (i) análise diagnóstica e (ii) revisão de literatura e documental.

1.1 Estruturação e aplicação de análise diagnóstica

Nessa etapa foi aplicado, de forma diagnóstica, um questionário para reconhecer os passos dados dos agentes que fazem parte do sistema escolar cívico-militar, dando voz aos envolvidos, direta ou indiretamente, com a sala de aula e com a aprendizagem para entender este processo, afinal,

sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001, p. 51-52).

Nesta perspectiva, para analisar as perspectivas de uma comunidade acerca do planejamento, aplicação e avaliação da abordagem cívico-militar em âmbito escolar, foi realizado a aplicação de questionário por meio do sistema *Google Forms*, contendo perguntas com múltipla escolha e que buscaram entender até que ponto temos realmente uma distância ideológica sistemática do termo militar, com a intenção de se entender ser o fenômeno instalado.

O diagnóstico em questão foi realizado em uma instituição situada na região metropolitana de Curitiba/Paraná, onde tal projeto de implementação cívico-militar foi colocado para discussão no final do ano de 2020. Sendo, assim, escolhido pelas partes competentes da comunidade, abrangendo pais/responsáveis; professores; alunos e demais funcionários, sendo assim a primeira escola a adotar o método no respectivo município.

A citada escola teve suas atividades iniciadas em 1960, com apenas uma sala, passando por inúmeras transformações no decorrer dos anos, recebendo o atual nome somente no final da década 1970, bem como sua administração passando do município para responsabilidade do Estado do Paraná.

Atualmente, conta com 16 salas e diversas atividades pedagógicas, incluindo projetos no contraturno, funcionando nos períodos matutinos e vespertinos, assim como orienta a base estruturante do método.

O questionário foi estruturado através da escala Likert, em 10 questões objetivas, a fim de se tentar decifrar, por fim, as verdadeiras metas, dificuldades e ações que se farão importantes para o futuro do projeto escolhido. E foi enviado para 30 pessoas da comunidade escolar, recendo o retorno de 24 entre: 6 estudantes, 6 responsáveis e 12 professores e/ou funcionários da escola.

Para a escolha das perguntas a serem trabalhadas na pesquisa, procurou-se levar em consideração uma prévia disposição e abordagem informal dos conteúdos mais relevantes e polêmicos tratados em diversos lugares de discussões, uma vez que o termo Militar passou a ser recorrente nas salas dos professores de diversas instituições, redes sociais das escolas e demais redes sociais, desde que o tema foi trazido pelos respectivos núcleos. Com isso, essas foram os pontos selecionados, dando aos participantes as seguintes orientações: - a primeira opção como mais favorável; - a opção do meio para isenção sobre o assunto; - a terceira opção como visão desfavorável ao assunto perguntado.

Posicionamentos administrativos, técnicos e pedagógicos sobre as escolas Cívico-Militares no Estado do Paraná:

1- Qual é a sua expectativa educacional com relação à implementação da escola Cívico-Militar em sua região?

Muito empolgado	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Pouco empolgado
-----------------	--	-----------------

2- O termo "militar" pode conviver e contribuir harmoniosamente com o ambiente escolar?

Concordo totalmente	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Discordo totalmente
---------------------	--	---------------------

3- A indisciplina é um dos maiores males vividos nas escolas contemporâneas, com isso a implementação de escolas Cívico-Militares tende a ajudar na solução de tal problema.

Concordo totalmente	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Discordo da afirmação
---------------------	--	-----------------------

4- Ao pensarmos na Escola Cívico-Militar, sem ligarmos à época de 1964, o atual projeto sofre apoio ou rejeição?

Sofre apoio	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Sofre rejeição
-------------	--	----------------

5- Em relação às mudanças necessárias na educação brasileira, a implantação de escolas cívico-militares no atual sistema de ensino será ponto relevante para o sucesso de aprendizagem dos estudantes?

Concordo totalmente	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Discordo totalmente
---------------------	--	---------------------

6- O fato de a comunidade escolar ter aprovado a implementação do projeto Cívico-Militar na escola, confirma e valoriza um ambiente democrático?

Sim, pois todos puderam participar	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Não, pois deveria ser debatido melhor
------------------------------------	--	---------------------------------------

7- A liberdade de expressão e da total criatividade serão respeitadas com a implementação do projeto Cívico-Militar nas escolas?

Sim, serão respeitadas	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Não serão respeitadas
------------------------	--	-----------------------

8- O bom desempenho das tradicionais escolas militares me faz acreditar no sucesso do projeto de escola cívico-militar.

Concordo totalmente	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Discordo totalmente
---------------------	--	---------------------

9- Você acredita na gestão compartilhada, Secretaria da Educação/Militares, onde cada parte irá respeitar e agir dentro de suas respectivas atribuições?

Sim, acredito	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Não acredito
---------------	--	--------------

10-A presença de militares na busca por um ambiente escolar seguro, de certa forma, confirma nosso fracasso em promover nas escolas um local de respeito, civismo e de livre aprendizado?

Sim, confirma	Não tem opinião formada ou prefere ficar indiferente ao tema	Não confirma
---------------	--	--------------

Com isso, buscou-se ouvir através da pesquisa direta, onde respostas individuais, secretas e práticas, possam deixar transparecer os verdadeiros desejos e esperanças do público que faz, diariamente, qualquer metodologia pedagógica funcionar.

As citadas perguntas não sofreram distinção, independentemente da faixa-etária dos entrevistados, por entender que assim, conseguiríamos ter uma visão uniforme das respostas dadas. Afinal,

quaisquer que sejam as distinções que se possam fazer para caracterizar as várias formas de trabalhos científicos, é preciso afirmar preliminarmente que todos eles têm em comum a necessária procedência de um trabalho de pesquisa e de reflexão que seja pessoal, autônomo, criativo e rigoroso. (SEVERINO, 2007, p. 214).

Importante dizer também que atualmente, após a troca do sistema de ensino, a escola já tem lista de espera para entrada de novos educandos, fato que demonstra a participação, a confiança e a procura pelo método Cívico-militar, fazendo com isso, crescer a expectativa pelo crescimento qualitativo e quantitativo da escola.

Para uma real interação com a opinião dos diversos atores do cenário educativo, a pesquisa foi realizada com os mais diversos setores da escola. Na tentativa de se manter a isonomia, foram escolhidos alguns estudantes e seus respectivos responsáveis; agentes I e II; equipe diretiva; professores e alunos. Na escolha foi praticado a pesquisa de maneira aleatória, onde todos tiveram a possibilidade e segurança para ter suas opiniões respeitadas e livres para maior êxito nos respectivos posicionamentos.

Com isso, cada setor pode ser respeitado e capaz de colocar seus pontos de vista, uma vez que, se faz necessário ouvir a todos, mesmo porque uma escola unida e bem-sucedida só será alcançada com a participação eficaz de todos seus componentes.

A distância dos alunos e de seus respectivos responsáveis dificultou sobremaneira as abordagens que deveriam servir para uma maior explicação da pesquisa, afinal, as aulas remotas fizeram com que os últimos dois anos ficassem de uma maneira totalmente atípica, seja no ambiente escolar ou fora dele. Com isso, os contatos foram solicitados via direção, sempre na busca por uma pesquisa isenta e nada direcionada dos componentes que dela participaram.

Enfim, foram encontradas pessoas pertencentes aos mais variados pensamentos, sempre visando à real percepção dos resultados a serem futuramente analisados, independentemente de suas preferências pessoais, afinal, a escola é e sempre será trabalhada para acolher à comunidade como um todo, com respeito e convicção pedagógica que consiga alcançar a todos que dela precisem.

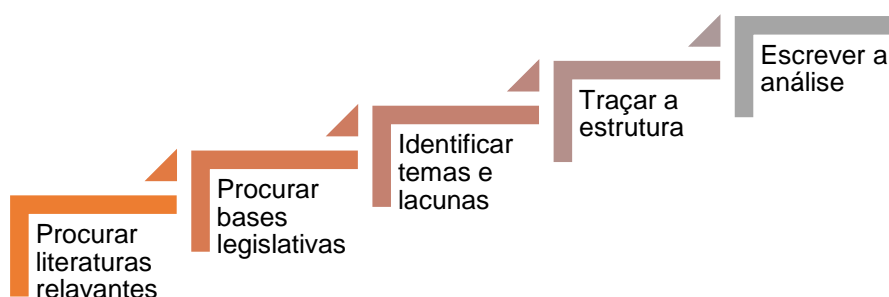
1.2 Revisões de Literatura e Documental

Após ter-se as respostas da base diagnóstica, percebeu-se que era preciso compreender as diferentes respostas sob a ótica da base literária e documental sobre o tema.

Neste sentido, esta revisão de literatura foi um levantamento de fontes acadêmicas e legislativas, fornecendo uma visão geral do conhecimento atual, permitindo identificar teorias, métodos e lacunas relevantes.

Organizar esta revisão de literatura envolveu encontrar publicações relevantes, analisá-las criticamente e explicar o que foi encontrado. Esta ação foi estruturada em cinco etapas descritas na figura 1:

Figura 1: Estrutura Revisão



Fonte: o autor (2022)

A partir destes passos, a pesquisa não apenas resume às fontes, mas segue na tentativa de dar uma visão clara do estado do conhecimento sobre o assunto.

Assim, segue-se os pressupostos de Baumeister e Mark (1997), na junção de dois tipos de revisões: - argumentativa e integrativa.

Ou seja, na argumentativa, examina a literatura seletivamente para apoiar ou refutar um argumento, uma suposição profundamente arraigada ou um problema já estabelecido, desenvolvendo um corpus que estabeleça um ponto de vista contrário.

Já a integrativa é considerada uma forma de pesquisa que revisa, critica e sintetiza a literatura representativa sobre um tema de forma integrada, de modo que novos referenciais e perspectivas sobre o tema sejam gerados.

Assim, para entender o conceito, e os efeitos, desta abordagem no Brasil foi realizada uma revisão de literatura sobre a temática em 3 plataformas de pesquisa científica: *Scholar.Google*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos CAPES, obtendo os seguintes resultados para a busca com a *string* “escola cívico-militar”:

Tabela 1: Revisão de Literatura

Plataforma	Resultados			
	Geral	A partir - 2018	A partir - 2020	Por relevância
Scholar.Google	43.600	15.800	15.300	15.300
Periódicos CAPES	74	38	22	22
BDTD	9	2	2	2

Fonte: o autor (2022)

Segundo Fink (2014), uma revisão de literatura pesquisa livros, artigos

acadêmicos e quaisquer outras fontes relevantes para um determinado assunto, área de pesquisa ou teoria e, ao fazê-lo, fornece uma descrição, resumo e avaliação crítica desses trabalhos em relação ao problema de pesquisa em questão. investigado.

Logo, foi realizada uma revisão documental, que é organizada pelo

uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (CECHINEL, FONTANA, GIUSTINA, PEREIRA, PRADO, 2016, p. 02)

Esta etapa da pesquisa foi realizada por meio das seguintes portarias chave do Ministério da Educação (MEC):

- PORTARIA Nº 852, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021 - Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim;
- PORTARIA Nº 925, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021 - Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal;
- PORTARIA Nº 40, DE 22 DE JANEIRO DE 2021 Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal;
- PORTARIA Nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Nesta perspectiva, a presente revisão demonstra compreensão sobre as ramificações do tema colocados no contexto do pesquisador, combinando com a análise crítica que pode ajudar a refinar um tópico e enquadrar as questões de pesquisa, estabelecendo a familiaridade da pesquisa atua por meio de um protocolo²

2 Com base no protocolo do Institute for Academic Development – University of Edinburgh – anexo I

que envolveu: resumo e análise de pesquisas e teorias anteriores; identificação das áreas de controvérsia e reivindicações contestadas e destaque de lacunas que possam existir na pesquisa até o momento.

CAPÍTULO II - A ESCOLA CÍVICO-MILITAR E BASE PEDAGÓGICAS RELACIONADAS

A partir das revisões realizadas, entendeu-se que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) começou a ser propagado no ano de 2018, com a então proposta de campanha do atual presidente eleito, sendo desde sempre pensada como um projeto não imposto, mas que fosse levado ao conhecimento e aprovação das comunidades locais.

É verdade também que tal aprovação começa pelos gestores políticos de cada município, para que só assim, seja levado o processo adiante. Uma vez aprovada, partem para os procedimentos de adaptação e implementação, fatores nem sempre tão simples, afinal, faz-se necessário uma profunda alteração nos mais diversos pontos de uma escola, alterando suas funcionalidades em diversas áreas, ou seja, traz consigo um trabalho árduo e compreensivelmente demorado.

No modelo como foi pensado para sua atuação, de maneira mista cívico e militar, conta com dois diretores, sendo um de cada lado ideológico proposto, onde ambos caminham e decidem juntos, porém com atividades bem definidas e distintas, para uma maior certeza e encaminhamento das situações que acabam surgindo. Ao diretor militar cabe a organização do projeto militar desde sua essência, onde a organização, respeito à hierarquia, pontualidade e lealdade são expostos desde o primeiro dia.

O trabalho é complexo e demorado, uma vez que o manual do estudante é longo e detalhado, trazendo informações de todas as espécies, tanto na parte de vestuário, quanto comportamental.

Dos inúmeros fatores que influenciam num ambiente escolar, desde sua visão pedagógica, passando por investimentos e intenções e planejamentos para futuros resultados, um que por muitas vezes acaba por ser deixado de lado é a função relacional entre professor, aluno e aquilo que será trabalhado, e fundamentalmente como será trabalhado.

O conteúdo por si só nunca foi fator preponderante para o aprendizado de ninguém, mas a forma e a intenção de como se passa um tema certamente ainda traz uma considerável diferença na vida escolar de um estudante.

E nessas correrias e dificuldades diárias encontramos diversos desafios para a implementação de metodologias que nos façam atingir o objetivo maior de cada educador, afinal, os questionamentos sobre a utilidade prática de cada assunto abordado jamais deveria ser fator de discórdia, pelo contrário, quando encontramos e praticamos tais conteúdos, com a prática vem também a certeza de um aprendizado realmente relevante.

Claramente essa forma democrática e relevante de participação escolar verdadeira por parte de alunos e da comunidade local, na busca por um aprendizado raramente será encontrado na realidade. Pelo contrário, não encontramos estudantes participando sequer dos conselhos de classe, que dirá da formação e debates sobre o que, como e quais conteúdos serão vistos e abordados durante o ano letivo.

O que vemos então na realidade, na maioria das vezes são profissionais distribuindo suas futuras turmas para o ano letivo corrente, de maneira nada pedagógica, mas sim, visando interesses pessoais que atendam suas expectativas e facilidades. Dessa forma, aqui já encontramos uma barreira institucional que dificilmente teremos condições de ultrapassar, uma vez que, gestores raramente irão se indispor com sua equipe docente.

Todavia, supondo que a escola consiga articular e organizar seus docentes dentro de uma racionalidade interessante, partimos para um fator essencial para o sucesso de todo sistema pedagógico, ou seja, à procura por uma liga, uma forma de trabalho que privilegie e veja o estudante como o fundamental fator a ser alcançado. E nessa busca, de entender e fazer o crescimento de cada um, da melhor forma possível, está a grande diferença entre bons e maus resultados.

O estudante, tudo por ele e para ele, mesmo que para isso seja preciso rever conceitos e pretensões, uma vez que há tempos vemos e convivemos com um racha entre docentes e discentes, fator que certamente acaba por dificultar o ambiente escolar como um todo.

A maneira de deixar o ambiente mais leve e produtivo, entretanto, está longe de ser tarefa fácil, caso contrário, não conviveríamos com diversos relatos de problemas dentro de sala de aula.

Nunca existiu um modelo, uma receita infalível de sucesso para que fosse aplicado em qualquer turma e pronto, logicamente, pois cada turma, mesmo dentro

de uma mesma escola, é única e por isso mesmo, precisará de um modelo único. Apesar disso, a troca de experiências entre modelos bem-sucedidos precisa ser estimulada, num ambiente onde a diversidade encontre espaço, com humildade de aprender a lidar com as mais variadas e difíceis situações.

Por muitas vezes escutamos a frase: “cuidado, não mostre os dentes para aquela turma!”. Por que será que tratamos tal afirmação como verdadeira ou eficaz? Talvez pelo fato de termos alguns mitos na educação que precisam ser trabalhados e, muitas vezes, rechaçados, visto que, a forma respeitosa de abordagem a ser praticada com cada turma não nos foi ensinada nos bancos da graduação. Afinal, não está no fato de ser carrancudo o segredo para o sucesso ou fracasso em sala de aula, pois tais fatores nos pedem e cobram muitas outras habilidades didáticas quando adentramos uma sala de aula.

Isso não fala de fingirmos ou sermos mecânicos naquilo que fazemos, mas que precisamos aprender com nossos erros, estimular um ambiente saudável, aproximarmos daqueles que todos se afastam, estarmos prontos para trocar ações que deram certo com colegas, ousar e tentar aplicá-las, de forma coerente e atenta aos resultados, ver e rever nossas práticas independente de nossos gostos e manias, afinal, estamos cientes daquilo que deu ou não certo.

Para tanto, cabe a escola promover e manter a constância de momentos pedagógicos que fomentem tais trocas pedagógicas, onde o bem comum seja realmente desejado, e nessa busca, o papel do professor mais uma vez torna-se fundamental, pois, o professor que tudo sabe e nada compartilha, muitas vezes por não querer ser incomodado, está fadado a ser uma ilha, vivendo a dádiva da profissão de modo egoísta e infrutífero.

Mas em trocar, ouvir e praticar tais metodologias também não está a certeza do sucesso, afinal, nenhuma metodologia tem ou deveria ter essa arrogante pretensão. Porém, se praticando-as não temos a certeza, certo é que, ao abandoná-las caminhamos para um isolamento perigoso e nada indicado. E dentro de sala, das mais variadas formas de se trabalhar, algumas práticas parecem ser relevantes e indispensáveis, dentre elas podemos citar a postura, o respeito, o afeto e a coerência.

O fator postura há muito tem passado por discussões, principalmente no quesito fora de sala de aula, muito devido ao advento das redes sociais. Na saudosa

década de 80 víamos e falávamos com nossos professores somente dentro de sala de aula, isso quando esse permitia, hoje, professores recebem mensagens quase que diárias, e raramente deixam de ter alunos em suas redes sociais.

Tudo virou instantâneo e infelizmente fugaz. Tudo virou domínio público, de gostos alimentares e políticos a estilo de vida em geral, e saber lidar com isso nem sempre se torna tarefa fácil. Uma vez dentro de sala, a forma com a qual se age, tudo acaba influenciando. Se grita, se fala baixinho, se explica bem, se não explica nada, se brinca, se não fala nem bom dia, enfim, nunca haverá uma forma única de postura, todavia, ser verdadeiro e justo ainda demonstra ser o caminho mais assertivo.

No quesito respeito, as variantes de humor e formas com que um professor aborda os mais diferentes assuntos, certamente precisará ser trabalhado e praticado com constantes formações e novas formas de agir.

Com o passar dos anos vimos a forma de tratar um estudante mudar drasticamente, parece muito tempo, mas quando pesquisamos que a regra de agressões físicas, como a palmatória por exemplo, só começou a ser revista na década de 70, entendemos que ainda temos muito ainda a aprender e a realizar quanto à prática do respeito verdadeiro e para com todos os envolvidos na sociedade. Nele está a saída para diversas situações conflituosas vividas nas escolas, onde a diversidade é colocada à prova verdadeiramente. É na escola que precisaremos ensinar e aprender com todos, com seus gostos e formas de vida, e ainda sim, termos um local saudável e seguro.

Claro que sabemos muito bem que tal ambiente nunca será o mundo encantado do faz de conta, afinal, conflitos irão aparecer, mas uma vez sendo feito o trabalho de prevenção, a tendência é que a quantidade de tais fatos seja diminuída, e quando necessário, saibamos como agir em conjunto, uma vez que cada integrante já tenha sido instruído sobre os procedimentos desejáveis para um local de ensino baseado no respeito.

Quanto ao afeto, precisamos dividir os pontos para que não sejam confundidos com a falta de regras ou de fundamentos para uma convivência agradável. A afirmação de que quem ama educa, parece fazer todo sentido aqui. As consequências por infrações nunca devem ser tratadas como punição ineficaz, uma vez que sem elas,

um ambiente sem regras torna-se perigoso e impossível de se viver, porém, sempre com transparência e moderação na hora de aplicá-las.

Feito isso, sabemos que um estudante muitas vezes tem na escola a única fonte de carinho e afeto, seja por necessidades ou indiferenças trazidas pela vida, muitos são os que há muito não recebem um abraço ou uma palavra de incentivo, assim, dentro de uma cordialidade natural e não impositiva, pois essa seria vazia e sem efeito, possamos nos aproximar de cada estudante de forma simples e agradável, respeitando suas individualidades e momentos, mas prontos para ouvi-los em suas dificuldades, sem preconceitos ou respostas prontas, onde a prática do ouvir esteja acima do falar ou julgar.

Por fim, o fator coerência traz consigo algumas abordagens de práticas pessoais que nem sempre agradam a todos. Já em casa temos dificuldade em entender por que devemos não fumar, não beber, não dormir tarde, não falar palavrão, ao mesmo tempo que convivemos com tais práticas cotidianamente.

A necessidade do falar, mas também fazer o que fala, está cada vez mais cobrada e analisada por todos. Antigamente nenhuma criança sensata teria a coragem para interpelar seus pais ou professores que caíssem em contradição, hoje, se você pede para o Joaozinho não gritar em sala de aula, mas minutos depois solta um grito perante a classe, num momento de fúria, certamente estará exposto e dando a autorização para os demais, tanto de cobrá-lo, quanto para imitá-lo posteriormente em diversas situações de conflito.

E nada mais desabonador para alguém do que ser cobrado em suas contradições, quanto mais um professor, uma vez que apesar do passar dos anos, ainda trazem a marca de serem exemplo na cabeça daqueles que os cercam, mesmo que tal marca não tenha muito compromisso com a realidade vivida.

O considerável aumento nos casos de indisciplina no ambiente escolar, dentro e fora de sala, segue sendo um fator preocupante quando tratamos de ferramentas que auxiliem os gestores públicos no intuito de resolver o problema. A imagem da escola como lugar de respeito e quase sagrado deu lugar a inúmeros eventos de violência e desrespeito.

Por muitos anos o ambiente mais regado e fechado passou uma imagem de segurança e tranquilidade, porém, hoje convivemos com a ideia de que a escola

se tornou um local comum, passível de todos os tipos de infortúnios. Desde furtos, passando por depredações e chegando a agressões físicas e psicológicas.

Os fatores sociais certamente apontam e identificam diversos fatores para essa escalada de violência, todavia não consegue explicar de forma cabal. Muitos envolvidos nessas confusões são oriundos de famílias bem estruturadas, sem o agravante da falta de condição mínima para se viver com dignidade, ou seja, nem sempre a falta de condição social serve como subterfúgio para a explicação de atos de indisciplina.

Nessa realidade, encontramos escolas em que gestores e professores tornam-se reféns das mais variadas formas de violência, de modo que já não se sentem confortáveis em aplicar determinada sanção aos casos de indisciplina, uma vez que já conhecem de cor os desdobramentos que tal atitude trará como consequência.

Entretanto, a indisciplina vista apenas superficialmente acaba por mascarar muitas dificuldades encontradas no cotidiano do aluno. Como citado anteriormente, apesar de não ter seus dados explicados somente pelo lado social, tende a trazer consigo histórias de abandono, depressão, falta de condição básica de sustento e agressão, dentre outros fatores que acabam por sobrecarregar a vida de um estudante ainda em formação, pesos que acabam por fazer toda diferença em seus desempenhos pedagógicos.

O grande problema é que atitudes de indisciplina acabam sendo então vistos e tratados como causa, e não como consequências de diversos fatores pessoais, onde as reações vistas acabam tendo desdobramentos disciplinares graves, não que a escola não possa ter o direito de agir nos referidos casos, mas que muitas vezes numa análise mais aprofundada, encontram-se motivos que colaboram com o entendimento de que a reação demonstra apenas a ponta de um gigantesco iceberg.

Como toda troca pedagógica de sucesso deve ser trocada e testada, sempre quando possível, independentemente da sua data de origem, a classe docente precisa estar sempre atenta e disposta a interagir e a aprender das mais variadas maneiras possíveis. Logicamente que qualquer profissional precisar estar atento as mudanças

que acontecem em sua área, ainda mais após a década de 90, onde a informática provocou uma verdadeira revolução mundial.

Para tanto, basta analisarmos e tentarmos traçar um paralelo com uma aula dada em 1990, utilizando-se de um simples quadro e giz, não que isso não exista ainda hoje, mas certamente nos causa espécie uma escola que não disponha de um projetor, um computador e demais utensílios modernos, com isso, faz-se necessário um profundo investimento público-privado na vida de cada profissional da educação, caso contrário, esses não conseguirão acompanhar as gigantescas mudanças vividas na sociedade.

O ano de 2020 nos trouxe essa necessidade de modo escancarado e direto. Com a Covid 19 se espalhando pelo mundo, a classe docente não foi convidada, mas sim obrigada a colocar em prática modelos remotos de ensino que jamais passavam pelas cabeças de muitos professores, muitos destes inclusive perto de se aposentar. Imaginemos para esses o fardo e a dificuldade em que se viram colocados em questão de meses. Dar aula on-line quando muitos sequer tinham o hábito de utilizar um pen drive, mesmo assim, num cenário totalmente caótico e indefinido, tiveram que demonstrar sua capacidade de se renovar.

Como ferramenta de troca e prática pedagógica relevante, apesar de tratar sobre temas já conhecidos em diferentes linhas pedagógicas de ensino, mas não de modo interligado, surge o termo 4c na educação, onde pontos como colaboração; comunicação; criticidade e criatividade ganham espaço de modo interativo e eficaz.

Tais pressupostos foram descritos pela Associação Nacional de Educação (NEA) dos Estados Unidos no início do século XXI, a qual ao falar sobre como podem ser preparados os estudantes para uma sociedade global publicou o documento "Um Guia do Educador para os Quatro Cs (4C)", sendo estes:

Colaboração: Ao iniciar a importância de tais pontos, a colaboração certamente vem ao encontro de uma sala de aula com interação e incentivo ao respeito mútuo. Um local onde o aprendizado seja realmente propagado e compartilhado de forma integral, respeitando, entretanto, cada particularidade, em que o prazer de ajudar ultrapasse a teoria do fazer o bem, que por muitas vezes só soam como palavras bonitas, mas sim, acabam por ser vividos na prática, em ações que façam o partilhar ser fator comum e diário.

No quesito colaboração, o tema já é fortemente trabalhado nos anos escolares iniciais, sendo, portanto, aprimorados nos anos finais do ensino fundamental. Para tanto, necessita-se de atividades lúdicas e que façam sentido ao cotidiano do estudante, onde esses sejam levados a trabalhar em equipe, buscando um bem maior em grupo, fatores nada fáceis numa sociedade moderna com valores cada vez mais pessoais e egoístas, onde o bem-estar do outro dificilmente encontra lugar.

É na sala de aula, que conceitos de respeito e companheirismo começam a ganhar corpo, nas situações em que a cordialidade e o todo podem tomar sentido na prática da criança, uma vez que o repartir por muitas vezes acaba sendo malvisto ou interpretado como simples assistencialismo, tenta-se fazer com que a convivência humana possa ser trabalhada muito além de dividir um lanche, mas sim, o fato de aprender a praticar a dádiva de doar-se em atitudes, fortalecendo a todos ao redor, com ideias e atitudes verdadeiramente significantes.

Comunicação: Para Pablo Neruda, “A poesia tem comunicação secreta com os sofrimentos do homem”, e seguindo a análise dos 4 pontos (4c), com a intenção de agregar habilidades e valores, revela-se de grande importância a comunicação para a vida de qualquer ser humano.

Inevitável não pensar nas formas de análise avaliativa dos dias de hoje, pois em qualquer vestibular ou mesmo no Enem, tal prática é levada à exaustão, em análise de textos que exigem dos jovens uma leitura aprofundada nos mais diversos tipos de textos. Neles, a análise de charges, tirinhas e textos, procura-se avaliar o quanto cada estudante consegue entender diversas formas de comunicação, verbal, não verbal ou mista, em textos que os auxiliem na interpretação dos mais variados temas.

Ainda que nos mecanismos acima citados ainda não existam os testes orais, a prática de comunicação vez ou outra aparecerá em outras situações como entrevista de emprego, por exemplo.

Comunicar-se bem é acima de tudo uma excelente ferramenta de desenvolvimento pessoal, onde habilidades de fala e interpretação são trabalhadas para que o estudante consiga ter e praticar as mais diversas formas de interação. Isso independe do trabalho, seja virtual ou presencial, a comunicação cria pontes, forjam mentalidades e conseguem, com a ajuda de profissionais, atender mesmo àqueles

que convivem com as maiores dificuldades de falar em público, seja com tratamento de fonoaudiólogos, especialistas em respiração e inúmeras fobias.

Não à toa, muitas pessoas investem e usam tal habilidade em seu cotidiano, por entender que a falta de comunicação pode prejudicar não apenas a parte profissional, mas também em relacionamentos pessoais, devendo, portanto, ser trabalhada em todos, desde a mais tenra idade.

Muitas vezes, tais dificuldades de comunicação não é prontamente identificadas, uma vez que a família certamente será a primeira a conviver com tais situações, entretanto, quase sempre acabam por ser relevadas ou confundidas com uma simples introspecção, fato natural para certa idade, e que acaba por ser superado nos primeiros anos de aula, através de amizades e atividades escolares, causando a busca de ajuda somente para casos físicos, como lábio leporino, por exemplo. Nesses casos, os problemas são deixados para depois e, como em todos os problemas de saúde, tendem a piorar a situação, uma vez que o diagnóstico acaba por ser impossibilitado, bem como o seu devido tratamento.

Com isso, é na escola que tais situações acabam por aflorar e automaticamente ficar agravada. Não raramente professores se deparam com situações em que a criança não consegue se comunicar, seja entre colegas, seja em apresentações de trabalhos, e assim, evidencia-se uma certa dificuldade de comunicação. Por vezes, estudantes que falam até demais durante as aulas, se dizem incapacitados de falar em público, gaguejam, tem calafrios, falam com uma timidez acima do aceitável, em tudo isso, podem ser vistas e detectadas tais problemas de comunicação.

Uma vez detectada, todos os passos seguintes são determinantes para o sucesso na resolução do problema, entretanto, a correria diária, a quantidade quase sempre excedente de estudantes na turma e a sobrecarga de atividades, acabam por muitas vezes fazer com que casos leves ou médios acabem passando sem a devida análise. Com isso, nem estudante, nem professor conseguem atingir seus objetivos, uma vez que a situação acaba sendo tratada como normal, e assim, se arrastando ano após ano.

Mesmo nos casos devidamente identificados, nunca podemos contar com a certeza de vitória, claro que entender e buscar ajuda são os primeiros passos, todavia, a morosidade e a falta de ajuda profissional podem fazer com que os casos sejam

deixados de lado. A busca por um fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo ou outro profissional especializado, claramente não será uma tarefa fácil para família e escola, fatores que podem piorar ou até mesmo abandonar um tratamento tão necessário.

Criticidade: O real conceito da crítica, por várias vezes acaba sendo visto e tratado de modo desproporcional, fazendo com que muitos estudantes não saibam lidar com tal situação. A crítica acaba sendo tratada como simples atividade costumeira daqueles que não querem se comprometer, mas sim, apenas criticar.

Entretanto, a crítica precisa ter seu papel muito bem trabalhado e divulgado nas escolas e na sociedade como um todo. Além de aprendermos a criticar, é de fundamental importância que saibamos apontar caminhos e possíveis soluções cabíveis para resolvermos problemas, e é nessa hora que encontramos diferença naqueles que sabem agir com verdadeira criticidade.

Uma das grandes dificuldades de se praticar a criticidade em sua essência está no fato de vivermos uma variedade enorme de conceitos, valores e padrões na sociedade moderna. Aquilo que para uns é totalmente impensado pode encontrar no outro uma forma normal ou perfeitamente aceita de se ver e agir no cotidiano.

E no trato dessas diferenças, entram então as possibilidades e necessidades de diálogo franco e aberto, onde aprendamos a discutir e debater assuntos e não pessoas, em que o ambiente possa ser contaminado com respeito e o direito real ao contraditório, mesmo entendendo que nem todos podem ser atendidos o tempo todo, mas ao mesmo tempo, sem que para isso haja ofensa ou falta de empatia para com todos.

Criatividade: Ao falarmos do tema criatividade, vemos que algumas linhas pedagógicas já trabalham com essa habilidade, como por exemplo o método de trabalho em equipes, desenvolvido em Porto Alegre pela educadora Márcia Rigon, trazendo a prática de trabalho em que equipes multisseriadas são formadas, na busca por trocas contínuas e eficazes de experiências, onde o aprender faça sentido, sem divisões apenas por simples conteúdos, mas sim pela utilidade e praticidade desses na vida real, chamadas de Oficinas de Aprendizagem.

Esse método abre caminhos em que os estudantes conseguem ser vistos e sentidos como seres muito além de apenas números na busca por sucesso no

vestibular. São equipes que se alternam por trimestres ou bimestres, em pequenos grupos que trabalham um mesmo tema, com muita pesquisa, apresentação de atividades e muita troca e resolução de conflitos. Esqueçamos a tradicional montagem e disposição das salas de aula antigas, pois o método de trabalho em equipes irá possibilitar e cobrar atitudes muito acima dos individualismos vistos nas antigas escolas.

Nessa metodologia, a criatividade está diariamente à disposição de cada estudante, uma vez que todos serão levados a inovar, repensando conceitos já arraigados, porém respeitando suas dificuldades, mas sempre incentivando-os a crescer, expondo e tratando seus pontos fracos, e assim, aprendendo a se desenvolver em todas as áreas, e não somente nas práticas de decorar sem realizar. Problemas reais e diários são propositadamente colocados à mesa, para que jovens possam juntos encontrar saídas verossímeis para as mais variadas situações da vida. E aqui a criatividade ganha corpo, de modo a contribuir para o bem de todos, com possibilidades pesquisadas ou criadas a partir de movimentos concluídos através de muita pesquisa e discussão.

CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez desenvolvida, a pesquisa traz à tona algumas particularidades, visto que se evidencia através dela a necessidade de se promover uma ampla mesa de conversas para as amarrações da implementação do projeto. Ledo engano pensar que a simples votação da comunidade será o suficiente para que as mudanças aconteçam de maneira automática e instantânea, mesmo porque numa votação sempre encontramos contentes e descontentes com os resultados alcançados, fatos já incontestáveis para que problemas, inclusive de aceitação e de visão metodológica, acabam por aparecer a curto prazo.

Com isso, encontra-se a urgência para treinamentos, retiradas de arestas e retiradas de possíveis dúvidas aconteçam, sempre no entendimento de que será preciso e possível um planejamento que contemple a todos os envolvidos e compromissados com o ambiente escolar.

Pela primeira vez o pensamento educacional brasileiro (ele se reflete na lei - LDB, não é criado por ela) toma o planejamento como ferramenta mais importante do que o regimento para a implementação dos processos pedagógicos. De fato, a obrigação de uma “proposta pedagógica” sobrepõe-se, no texto da lei, à do regimento. (GANDIN, 2001, p. 14)

A seguir, o texto trará uma análise não aprofundada sobre as porcentagens coletadas, sem uma separação feita por setor respondido, dessa forma, entende-se ser mais imparcial quanto a opinião em geral, independentemente da área de atuação na escola.

Após encerrar o referido questionário proposto, aliado a diversas conversas formais e informais, realizadas com todos os representantes do corpo escolar, considerando verdadeiramente a todos, estudantes, funcionários e responsáveis, em igualdade de voz e voto, trago agora uma reflexão sobre minhas impressões a respeito do trabalho realizado.

Desde o ano de 2018, quando tudo que tínhamos eram apenas especulações sobre um possível projeto de Escolas Cívico-militares sendo difundido no país, passando pelo início de sua implementação no início de 2019, muito me intrigava a ferocidade com que o assunto era tratado nas escolas em que lecionava.

Das várias vezes em que presenciei o tema sendo levantado, sempre me deparei com uma agressividade quase generalizada, com discursos e definições nada pedagógicas, inclusive com termos chulos ou depreciativos, nada propositivos, tampouco firmados na busca pelo crescimento do aprendizado do estudante, fator que deveria ser primordial em qualquer proposta político-pedagógica.

Muito me assustou a ira incontida trazida, principalmente por aqueles que se posicionam como abertos ao diálogo, defensores da democracia e dispostos a encontrar saídas plurais para a educação que juraram defender, todavia, o que presenciava era posicionamentos de resistência total e irrestrita.

Com o passar da pesquisa e das opiniões alcançadas, saltaram aos olhos o radicalismo quase intransponível de boa parte do corpo docente quando a palavra “MILITAR” é trazida ao debate. E de nada importa os números alcançados pelo modelo militar já existente, onde inclusive os filhos de muitos destes mesmos resistentes estudam ou estudaram.

Logo surgiram afirmações alicerçadas no regime vivido no Brasil de 1964 a 1985, trazendo consigo a ideia de que nossos estudantes perderão sua liberdade, sendo assim, seriam tolhidos de toda e qualquer possibilidade de acesso ao contraditório, e com isso, tornar-se-ão, como lido em alguns artigos sobre o assunto: “lambedores de botas de milicos” ou “soldadinhos de chumbo”, vigiados e oprimidos pelos Bedéis de corredores escolares, por um sistema totalmente infrutífero.

É certo que as décadas citadas acima nos trouxeram inúmeras situações problemáticas e vergonhosas, erros e acertos tais que não nos trazem orgulho ou boa lembrança, mesmo por parte daqueles que a viveram ou estudaram, mas disso tudo, o que fica claro é que muitos agarram-se nelas para tornarem-se contrários a tudo e a todos, colocando suas visões políticas de mundo acima de tudo.

Por outro lado, da parte dos discentes e seus responsáveis, estes últimos raramente chamados para o interior das escolas para tratar de assuntos tão relevantes, como já outrora citado, o que ouvi em sua maioria, foram expressões de apoio ao novo projeto, apesar de entenderem suas dificuldades de implementação.

Para muitos, a escola precisa ter suas estruturas sacudidas de alguma forma, com professores novamente respeitados e, acima de tudo, com estudantes que voltem a ter um ambiente escolar saudável e de respeito, um lugar de pesquisa e

descobertas, onde o aprendizado não seja sonegado, e que notas não sejam camufladas e ajeitadas para satisfazer relatórios vazios de qualquer verdade.

Como resultado, fica a ideia de que a conquista da liberdade tão reprimida, reconquistada na metade da década de 1980, pela falta de atenção de todos acabou se perdendo em tantos desmandos e falta de compromisso.

Portanto, ao aceitarmos como verdade que “cabe ao professor despertar a motivação dos alunos” (e nesse caso fica implícita a ideia de que unicamente ao professor, visto que nada mais se acrescenta à premissa), restringimos e subestimamos a capacidade dos jovens no seu processo de independência, de responsabilização social, assim como ignoramos o livre-arbítrio do qual somos todos dotados. (ZAGURY, 2009, p. 51)

Ser livre por si só, parece não ter sido suficiente para que o ambiente escolar conseguisse respirar inovação e aprendizado, longe disso, o que vemos em sua maioria são educadores esgotados e alunos cada vez mais indisciplinados, com dificuldades em assuntos básicos, livres na teoria, mas na prática, presos na falta de conhecimento, sem qualquer limite, sequer em suas horas de sono, quanto mais para programar-se em seus estudos, incapazes de fazer frente a um mundo tão competitivo, e assim, sem conseguir enxergar a necessidade de alteração dessa incontestável realidade educacional.

3.1 Prós e contras do sistema Cívico - Militar

Como todo e qualquer sistema pedagógico de ensino a ser implementado, quando analisado e pontuado com clareza e desarmados de paixões políticas, o modelo Cívico-Militar também traz consigo alguns aspectos relevantes a serem colocados na mesa de discussão, comecemos então pelos pontos positivos.

a) Disciplina: ponto sensível em qualquer modelo educacional, para muitos professores esse é o ponto que, quando não orientado e supervisionado, faz com que toda sua metodologia e planejamento desmorone, uma vez que, estudantes na sala, falando de todos os tipos de assuntos, menos sobre os propostos na aula, certamente contamina o ambiente, deixando dispersos inclusive aqueles que pretendiam aprender. Com isso, a clareza dos dispositivos disciplinares da instituição começará a trazer de volta um ambiente de respeito e ordem ao local de ensino.

Estudos sobre disciplina escolar implicam outros assuntos e temas como: convivência escolar, coletividade de sala de aula (e da escola), clima de aula, direção ou manejo de sala, autoridade do professor, autonomia do aluno, reconhecimento mestrediscípulo, limites do comportamento/conduita/maneira de agir do aluno (e do professor), contrato de trabalho didático/pedagógico (regras, normas, direitos e 4 deveres, sanções), relações de poder (professor-aluno, aluno-aluno), vivência de valores (VASCONCELLOS, 2009, p. 34).

b) Compromisso: a falta de pontualidade e de compromisso com as obrigações diárias na escola, é certamente fator relevante no cotidiano de grande parte dos estudantes. A figura de um responsável em casa, sempre alerta e persistente com os afazeres dos filhos, como vividos há três ou quatro décadas, deu lugar a uma nova realidade familiar.

Cada vez mais filhos sendo responsáveis por suas atividades em geral. Nada contra, caso tivéssemos estrutura familiar para tanto, todavia, o que vemos são alunos chegarem na escola sem material, sem dormir, sem respeito, sem compromisso com ele mesmo. Nisso, o fator militar tem muito a ensinar, com normas claras e diretas, ajudando seus estudantes a aprender conceitos de atitudes constantes e supervisionadas, sempre na busca de práticas voltadas ao desenvolvimento do próprio estudante.

c) O resgate do respeito aos símbolos nacionais: Pense bem, qual a última vez que ouviu um jovem cantando o Hino Nacional de maneira completa? Sem falar nos demais hinos que fazem parte da nossa pátria. Em tempos de paixões políticas exacerbadas, por incrível que pareça, mesmo nossa amada bandeira, bem como a utilização de suas cores, tornaram-se motivo de disputas ideológicas. Como se, amar esse ou aquele político.

Partido e suas cores fosse mais importante do que amar e respeitamos nossa pátria e seus símbolos e, diante disto, a cultura Cívico-Militar fará seu papel de alertar sobre tais atitudes, buscando cada vez mais o retorno às práticas que criem e preservem nosso sentimento patriótico.

d) Resultados incontestes no acesso aos vestibulares mais concorridos: Podemos falar, esbravejar, discursar emocionadamente ao confrontar a entrada dos militares no ambiente escolar, todavia, no quesito resultado, não temos como refutar os resultados encontrados no método, tendo inclusive estudantes em lista de espera. Por isso, seria muito simplista definir sua procura apenas definindo-o como fruto da

disciplina rígida, apesar deste fator certamente se mostrar de grande valia.

e) Respeito e obediência à hierarquia: para muitos, a simples presença da polícia, seja de qualquer cor de farda, tornou-se sinônimo de aversão, repúdio e até mesmo de total desprezo. Tornou-se glamuroso o fato de se descumprir regras, não acatar ordens, mesmo que fundamentadas nas leis do país. Obedecer virou exemplo de vergonha e a submissão passou a ser tratada como símbolo de fraqueza. E de uma sociedade “irreverente e questionadora”, não importando o que ou a quem, temos colhido desobediências fragrantas.

Tais atitudes são vistas e, por muitos aplaudidas, na sociedade como um todo, onde pais, professores chefes e autoridades constituídas são afrontadas em nome de uma geração moderna e livre. Nesse ponto também, o conceito militar trará aos estudantes o resgate de práticas e normas que ensinam o respeito e o exemplo, onde o cumprimento dos deveres seja visível, a começar pelos experientes, tornando-se então espelhos aos mais jovens.

A subordinação é a aceitação e a compreensão natural da importância da existência de diferentes níveis hierárquicos, cujos detentores agem exclusivamente nas esferas de suas atribuições, tendo em vista o permanente desejo unificado em torno da causa comum, desenvolvendo um sentimento de confiança nos chefes, que detêm as rédeas do mando, não pela força, mas pela superioridade hierárquica conquistada e amparada na lei e nos regulamentos. (SCHIRMER, 2007, p.55)

Entretanto, cabe necessariamente também discorrer sobre os pontos negativos ao sistema Cívico-Militar, uma vez que os encontramos em qualquer regime a ser implementado, assim como os pontos a seguir:

a) Cópia integral do sistema totalmente Militar: Por tratar-se de um sistema híbrido, onde civis e militares terão o mesmo ambiente de trabalho, as normas colocadas aos estudantes não parecem ter passado por uma análise que levasse isso em consideração, dando a impressão de ter sido pensada no modelo (control C – control V).

A crítica aqui está na não revisão de pontos exigidos, que, com contrapartidas bem definidas, poderiam agregar ainda mais estudantes ao sistema. Cito como exemplos as normas de cortes de cabelo demasiadamente rígidas, impossibilidade barba e qualquer manifestação de namoro, mesmo que comedida.

b) A falta de condições básicas para a aplicabilidade do projeto: tratando-se de estado brasileiro e suas políticas públicas, nada mais comum, infelizmente, de projetos serem primeiros lançados e somente depois, às vezes muito depois, serem executados.

Um dos primeiros sintomas de alteração que se pode pensar no início, certamente está no ponto visual, logo, os uniformes deveriam estar à disposição muito antes do que vimos na prática. Com isso soma-se a falta de material humano, tendo o Diretor Militar, por exemplo, chegado apenas em setembro, sobrecarregando o Diretor cívico, bem como dificultando todo o processo de planejamento e de outras ações em conjunto.

c) A implementação feita às pressas: uma das queixas mais ouvidas da parte docente fica por cargo do método ser trazido à votação de maneira açodada e, na maioria das vezes, impossibilitando uma ampla discussão que envolva toda comunidade escolar.

Certo é que às vezes, tais discursos partem de professores que a tudo questionam, na maioria das vezes nada propositivos, mas sempre resistentes a tudo que venha do Governo, todavia, os últimos processos de escolhas realizados na região metropolitana de Curitiba foram inegavelmente apressados e impositivos.

Vários programas de segurança escolar elaborados pelas instituições policiais têm tido pontos positivos, ocupando o espaço deixado pela ausência de políticas educacionais. Mas os policiais deveriam ser mais bem treinados para administrar diferenças e conflitos. Dentro da corporação militar, a autoridade ainda deve ser respeitada de forma incondicional. E esse comportamento não é o apropriado para o ambiente educacional. (GUIMARÃES, 1996, p.38)

d) A retirada das eleições diretas para direção: por fim, cito a inexplicável e indefensável retirada do voto direto para direção da parte civil. Esse fato em nada soma à alardeada gestão democrática, tão defendida pelo governo, uma vez que, se o argumento for a suposta ingerência que um diretor com visão oposta ao sistema poderia trazer, muito mais dificuldades serão impostas por todo um corpo de funcionários, dentro e fora de sala, caso esses se recusem a trabalhar de maneira satisfatória por serem contrários ao sistema militar, negando-se a exercer seus papéis de maneira profissional e zelosa.

É de fato impossível democratizar a escola autoritariamente, à força ou através de golpes legislativos, descentralizar a administração escolar apenas a partir de decisões centralizadas, doar a autonomia às escolas, ou condená-las a uma autonomia que os atores escolares desprezam ou se recusam a assumir. (LIMA, 2002.p.50)

Uma vez trazidos e destacados alguns dos diversos pontos favoráveis e contrários detectados no projeto Cívico-Militar, podemos evidenciar as dificuldades a serem enfrentadas, desde sua concepção, para se obter resultados sólidos e satisfatórios na comunidade local. Suas imperfeições e complexidades, numa mudança tão brusca para a realidade vivida até então, evidentemente será um alvo perfeito para críticas, muitas vezes precipitadas e até injustas, sobre suas práticas cotidianas.

Dessa forma, como toda viagem previamente bem planejada, e que sabe aonde chegar, será de suma importância fazer com que a metodologia seja cada dia mais clara e precisa, com direcionamentos que destaquem a necessidade de se viver a nova experiência com persistência, uma vez que a mudança metodológica de ensino não será em nada tímida.

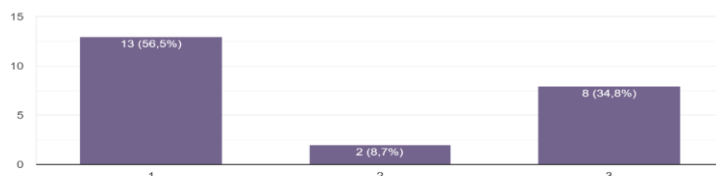
Todavia, com a aceitação da comunidade escolar à frente, de forma organizada e firme, o projeto terá sua fundamental sustentação, pois o ambiente escolar sendo pensado por todos e para todos, tende a dar subsídios tais, fazendo com que a união dos seus membros possa encontrar os caminhos para cada dificuldade encontrada.

Certo é, e a votação pela alteração do modelo comprova isso, que a comunidade estava desejosa por mudança. Uma comunidade que, tantas vezes deixada de lado na hora da decisão, entendeu ser ela a verdadeira proprietária do termo “mantenedora”, por tudo que paga com seu suado trabalho em impostos, e só por isso, precisa ter sua vontade respeitada.

Enfim, demonstra-se que a escolha pela mudança não aconteceu porque o tradicional modelo fosse o único motivo do insucesso no aprendizado de seus estudantes, mas sim, porque muitas vezes não enxergarem nesse modelo a saída para uma escola que consiga alcançar a todos os seus componentes com respeito e obediência, à hierarquia e às regras, mesmo tratando-se de fatores que a realidade cotidiana tanto exige.

Gráfico 1: Expectativa Educacional

1- Qual é a sua expectativa educacional com relação à implementação de escola Cívico-Militar em sua região?
23 respostas

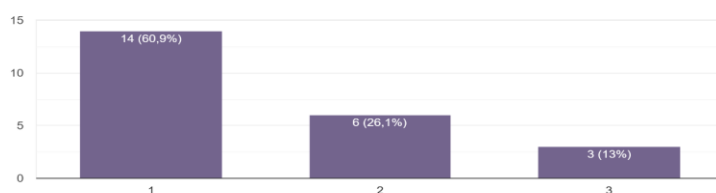


Fonte: o autor (2022)

A pergunta demonstrou que para mais de 56% dos respondentes, a expectativa de uma Escola Cívico-Militar na região é boa, entretanto, uma parcela considerada parece não estar com a mesma expectativa.

Gráfico 2: Termo Militar

2- O termo "militar" pode conviver e contribuir harmoniosamente com o ambiente escolar?
23 respostas

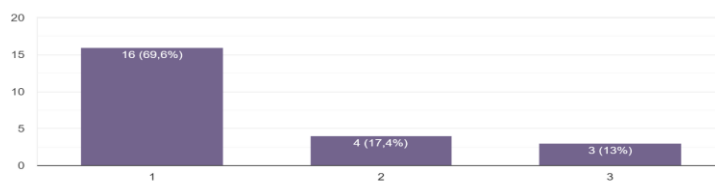


Fonte: o autor (2022)

Para mais de 60% dos respondentes, o termo Militar pode perfeitamente conviver com o ambiente de ensino, fator que pode ser relevante para a implementação do projeto.

Gráfico 3: Indisciplina

3- A indisciplina é um dos maiores males vividos nas escolas contemporâneas, com isso a implementação de escolas Cívico-Militares tende a ajudar na solução de tal problema.
23 respostas

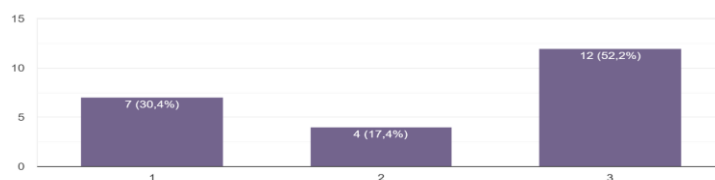


Fonte: o autor (2022)

Mais de 69% dos respondentes entendem que o fator indisciplina será frontalmente enfrentado com a implementação do método Cívico-Militar, trazendo assim uma importante ferramenta de sucesso para os envolvidos diretamente no processo de Ensino-Aprendizagem.

Gráfico 4: Apoio ou Rejeição

4- Ao pensarmos na Escola Cívico-Militar, sem ligarmos à revolução de 1964, o atual projeto sofre apoio ou rejeição?
23 respostas

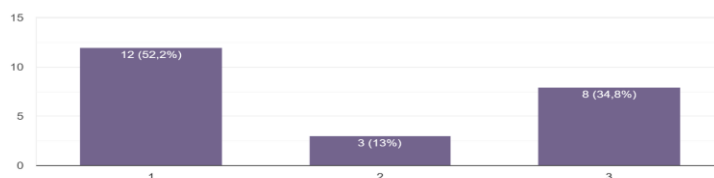


Fonte: o autor (2022)

Para mais de 52% dos respondentes, o termo militar ainda sofre forte rejeição popular, muito por não ser possível desassociá-lo do outrora regime vivido no país em décadas anteriores.

Gráfico 5: Mudanças necessárias

5- Em relação às mudanças necessárias na educação brasileira, a implantação de escolas cívico-militares no atual sistema de ensino será ...te para o sucesso de aprendizagem dos estudantes?
23 respostas

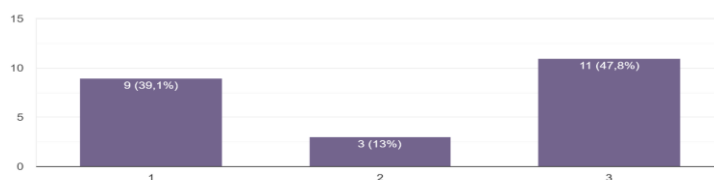


Fonte: o autor (2022)

Mais de 52% acreditam que, dentre as mudanças possíveis para a melhoria no sistema de aprendizagem, a implementação do modelo Cívico-Militar pode ajudar no processo e no sucesso de seus estudantes.

Gráfico 6: Comunidade e Implementação

6- O fato da comunidade escolar ter aprovado a implementação de projeto Cívico-Militar na escola, confirma e valoriza um ambiente democrático?
23 respostas

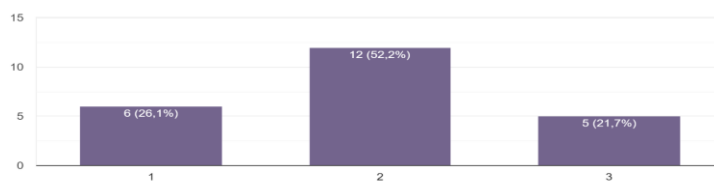


Fonte: o autor (2022)

Para mais de 47% dos respondentes, apesar do modelo ter sido colocado para votação e aceito pela maioria da comunidade, o ambiente não teve respeitado seu amplo ambiente democrático, muito por causa da rapidez do processo, visto que, para os contrários ao modelo, o aqodamento na escolha está entre as maiores críticas ao Governo do Estado.

Gráfico 7: Liberdade de expressão

7- A liberdade de expressão e da total criatividade serão respeitadas com a implementação de projeto Cívico-Militar nas escolas?
23 respostas

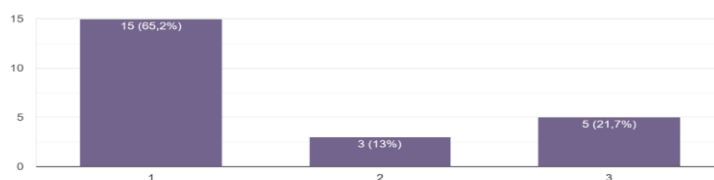


Fonte: o autor (2022)

Mais de 52% dos respondentes optaram por não responder tal questão ligada aos desdobramentos do futuro ambiente democrático, no que se refere à liberdade de expressão de seus componentes.

Gráfico 8: Bom desempenho

8- O bom desempenho das tradicionais escolas militares me fazem acreditar no sucesso do projeto de escola cívico-militar.
23 respostas



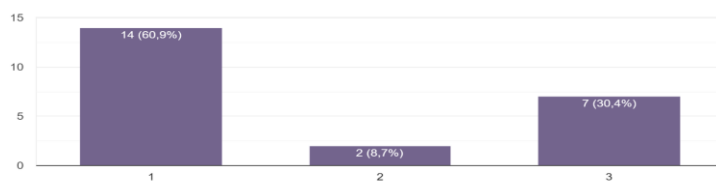
Fonte: o autor (2022)

Mais de 65% entendem que os excelentes resultados vividos em escolas Militares trazem a esperança de observarmos dias de sucesso também na escola Cívico-Militar.

Apesar de saber antecipadamente que o sistema cívico não se compara plenamente ao modelo unicamente Militar, seja pela estrutura, seja pelos investimentos, todavia acreditam no modelo.

Gráfico 9: Gestão Compartilhada

9- Você acredita na gestão compartilhada, Secretaria da Educação/Militares, onde cada parte irá respeitar e agir dentro de suas respectivas atribuições?
23 respostas

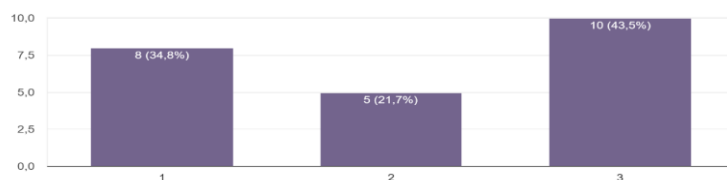


Fonte: o autor (2022)

Para mais de 60% dos respondentes, o trabalho mútuo entre os civis e os militares podem e devem trazer um ambiente de respeito e de produtividade, sempre na busca de melhorias, entendendo ser o sucesso do aluno, o motivo por tanto trabalho em conjunto.

Gráfico 10: A presença de militares

10- A presença de militares na busca por um ambiente escolar seguro, de certa forma, confirma nosso fracasso em promover nas escolas um local de respeito, civismo e de livre aprendizado?
23 respostas



Fonte: o autor (2022)

Para 43,5% dos respondentes, o fato dos Militares estarem dentro da escola não representa que tenhamos falhado em nossos métodos educacionais, ficando assim o entendimento de que o projeto está sendo encarado como uma interação não obrigatória, mas acima de tudo por resultados que sejam satisfatórios a todos.

3.2 O início

Muito embora o sentido da atual pesquisa não seja a análise aprofundada da proposta unicamente Militar na educação, se faz necessário uma breve demarcação histórica sobre a introdução do termo militar nas instituições de ensino. Iniciada em Portugal, desde as suas bases esporádicas em áreas específicas, até chegar à criação de sua primeira instituição oficial, por Decreto de 12 de janeiro de 1837 da Rainha D. Maria II, a antiga Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho é profundamente reorganizada e passa a designar-se "Escola do Exército", cujo Marquês de Sá da Bandeira, é o Patrono.

(Informações retiradas da página oficial da Academia Militar Portuguesa / Unidat, conforme link: <https://heportugal.wordpress.com/2021/07/05/academia-militar/>).

No Brasil, teve no Rio de Janeiro sua primeira aparição em 1889 (6 de maio) - criação do Imperial Colégio Militar pelo decreto 10.202; no mesmo ano, após a Proclamação da República, passando a ser denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro. Atualmente tem suas unidades em mais 13 estados da federação, sendo uma delas instalada no município de Curitiba. Por aqui, foi fundado em 1958, pelo então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott e inaugurado oficialmente em 21 de abril de 1959.

Tudo o que se fala ou que se publica sobre militares provoca, em grande parte das pessoas, a volta da velha ideia de que a força consegue tudo. Ora, se os militares são aqueles que detêm as armas, logo, são eles que possuem a força, o poder, a possibilidade de mudar as coisas, de fazer e desfazer. Daí uma atração pelo tema. Ao mesmo tempo, daí também a sensação de medo. Falar de militares logo traz à cabeça das pessoas, ou a ideia de secreto, ou a ideia de perigoso [...] (TREVISAN, 1985, p.56)

Entretanto, em 1988, para diminuir os seus gastos com atividades complementares e dirigir o orçamento à área militar, o Ministério do Exército desativou o Colégio Militar de Curitiba, juntamente com outros Colégios Militares do Brasil.

Em 30 de novembro de 1988, o CMC fechou suas portas. O acordo que foi estabelecido quando da fundação do Colégio, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Guerra, determinava que as instalações do Colégio só poderiam ser utilizadas para fins educacionais, do contrário, seriam devolvidas ao doador, e em

janeiro de 1989, o CMC passou às mãos do Estado do Paraná.

A interrupção do ensino, que abrangia um contingente de aproximadamente 500 alunos, somada à necessidade de se transferirem os militares, professores e funcionários civis do CMC, causou grandes transtornos a todos.

A inconformidade daí surgida levou pais, ex-alunos, professores e simpatizantes a entrarem com uma ação uma Ação Popular contra o fechamento do CMC, com o objetivo de reverter o quadro. Após anos de disputa e de abandono total, a reativação do Colégio tornou-se possível.

Cinco anos após a sua desativação, em 21 de abril de 1994, o Colégio Militar de Curitiba foi reaberto. O Governo Paranaense comprometeu-se a investir na reforma das instalações e em completar o quadro de professores Da instituição.

Após a retomada de suas atividades, o colégio passou por inúmeras dificuldades, porém voltou a ser considerado uma instituição de ensino de destaque no estado do Paraná.

Quando falamos de resultados, a Escola Militar segue tendo ótimos resultados em relação ao sistema público de ensino, inclusive se comparado aos colégios privados. Segundo dados de 2020, o sistema superou em muito as médias nacionais, trazendo ainda mais a certeza de que tal metodologia de ensino não se baseia apenas em ordenamento fútil e sem propósito de obediência servil, mas sim, mostra-se qualificado para colher excelentes resultados na educação e no preparo dos jovens para a vida.

Tal Dedicção e comprometimento da equipe pedagógica, empenho dos alunos e o apoio da Corporação são alguns dos fatores que elevaram o Colégio da Polícia Militar do Paraná (COM) de Curitiba a mais uma vez ser destaque nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019. O colégio teve pontuação de 6,9 no Ensino Fundamental e 6,2 no Ensino Médio, com isso, recebendo merecidos elogios e honraria da sociedade, bem como de seus membros.

Contudo, a excelência deverá ser visada, conforme afirmam seus comandantes e equipe: “Mesmo com esses ótimos resultados, já definimos com nossa equipe pedagógica que a meta é superar os números para melhorar ainda mais a educação aos nossos alunos”, destacou o Comandante, major Anderson Mendes.

Enfim, podemos apontar a tendência de que a mensagem relativa a nação, o apelo à nacionalidade, é bem sucedido quando não se percebe um emissor claro, ao contrário de mensagens onde sujeitos históricos concretos (os militares, o governo, uma determinada instituição, uma financeira, por exemplo) aparecem explicitamente. (Org. GONÇALVES / RANZI, 2012, p. 228).

Assim sendo, sempre buscando um crescimento com propósitos muito bem definidos, o sistema Cívico-Militar segue mantendo suas normas e objetivos, gozando de credibilidade e respeito por considerável parcela da sociedade local, uma vez que à procura por seu sistema de ensino segue concorrida, necessitando ainda hoje de processo admissional através de provas, para quais muitos jovens se preparam, inclusive através de cursinhos preparatórios específicos.

3.3 Projeto Cívico-Militar no Brasil

Já em sua campanha eleitoral de 2018, o atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, havia deixado claro e manifesto seu desejo de implementar modelos de escolas denominadas como Cívico-militar, desejoso de ver nelas o retorno ao respeito e a disciplina outrora vivenciados em bancos escolares. Uma vez eleito, em janeiro de 2019, tal projeto foi colocado em vigor sob decreto Nº 10.004, DE 5 DE setembro de 2019, instituindo então o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no país.

Para sua implementação, entretanto, cabe o aval dos seus gestores locais, seja Prefeito ou Governador, para que assim, tal projeto possa avançar. Com isso, como já era de se esperar, as disputas políticas e nada pedagógicas começaram a se espalhar por estados e municípios, uma vez que no Brasil, nas últimas décadas vivemos a realidade da opinião irracional, onde não importa o quê, mas sim quem propõe alguma ideia de mudança.

Definir políticas públicas para a efetivação da gestão democrática é tarefa de todo o sistema de ensino e em especial de seus sujeitos; porém, elas somente serão efetivas se no interior das unidades elas acontecerem. Para isso, é imprescindível uma mudança de cultura a respeito da gestão de sistemas educacionais e instituições de ensino, uma transformação nas práticas educativas e uma nova consciência dos envolvidos para que a eficácia necessária para o processo educacional se realize de fato. (GROCHOSKA, 2013, p. 26).

A aversão ao projeto caiu no campo minado e infrutífero da intolerância, onde nada é mais importante do que sentir-se vencedor do diálogo sem contraditório e dono da palavra final, nem que para isso se necessite enterrar-se qualquer possibilidade de debater o assunto, principalmente deixando de ouvir estudantes e seus responsáveis, justamente aqueles que deveriam ser os primeiros a serem levados em consideração.

Assim, desde seu lançamento, o projeto enfrenta críticas e rejeição justamente nos estados em que o atual mandatário sofre oposição, bem como aceitação e avanço naquelas em que detém apoio declarado ou no mínimo uma ausência de confronto declarado.

Com isso, evidencia-se o caráter nada pedagógico e republicano do problema, onde pessoas agem conforme seus aspectos políticos acima de qualquer coisa, travando e impossibilitando o real debate de ideias das comunidades locais sobre o assunto.

No Paraná, pelas particularidades já citadas acima, o modelo encontra caminho livre e propício para sua implementação, com diversas escolas sendo preparadas, nem todas de maneira voluntária, tampouco trabalhadas no assunto com sobriedade e tempo hábil, mas pelo menos sendo orientadas a abrir votação democrática para mudança de sistema.

Ainda em 2021, apesar de seguirmos com a realidade pandêmica, num ano carregado por si só de tantas dificuldades e percalços, o número de escolas com o modelo implementado chegará a 197, fazendo com que o estado alcance o primeiro lugar na modalidade Cívico-Militar no país, deixando explícita a visão dos seus gestores na credibilidade e nos resultados a serem alcançados a médio e longo prazo pelo sistema.

Com metodologia muito semelhante à praticada nas escolas militares, todavia muito longe de comparar as estruturas e investimentos, a escola-cívico militar traz em seu escopo as diretrizes firmadas na disciplina e nas práticas do respeito a hierarquia.

Em seu estatuto encontramos todas as exigências oriundas das escolas totalmente militares, onde são colocados minuciosamente o tipo de vestuário, comportamentos individuais e coletivos, bem como procedimentos a serem praticados diariamente no ambiente escolar.

As vestimentas cedidas pelo estado, muito se diferencia dos costumeiros

agasalhos que encontramos nas escolas tradicionais, trazendo consigo uma estética visual marcante e bem definida, onde a palavra uniforme ganha sua real definição, cuidada e levada à risca por aqueles que as administrarão, uma vez que traz suas exigências claras em seu estatuto.

As turmas trarão como prática o diferencial das presenças dos chefes e subchefes de turma, uma espécie de monitores ou representantes já vivenciados nas escolas, entretanto sem a autonomia/tramoia na escolha, fatores que por muitas vezes acabavam por escolher estudantes nada comprometidos sequer consigo mesmos, mas apenas influenciadores de alguma forma.

Essas pessoas serão responsáveis por auxiliar toda a dinâmica organizacional da sala, capaz de trazer e discutir os fatores e os personagens que por acaso estiverem dificultando o processo de ensino-aprendizagem de todos.

Sempre que um aluno comete atos de indisciplina, prejudicando o trabalho do professor e a aprendizagem de seus colegas de classe e continua tendo o direito de permanecer em sala de aula, repetindo os mesmos comportamentos, sem que haja qualquer consequência que lhe seja desagradável, sua percepção imediata é de que é perfeitamente possível não cumprir os deveres e prejudicar outras pessoas sem ter qualquer prejuízo e mantendo intactos seus direitos “individuais”. (SCHIMIEGUEL, 2015, p. 71)

No cumprir com rigor as normas regimentais parece estar o principal fator que deverá chocar uma boa parte daqueles que farão parte da nova metodologia em questão. O “jeitinho brasileiro” e suas conhecidas consequências precisará dar lugar à disciplina e ao zelo pelo cumprimento daquilo que está no papel, previamente assinado pelos devidos responsáveis.

Até que ponto isso é questionável e passível de críticas, certamente tornar-se-á fator de discussão entre os profissionais da educação em geral, mas não para o setor militar. O verbo flexibilizar aqui será trazido ao debate, para assim discutirmos e entendermos até que ponto, na prática, teria sido ele um dos maiores causadores dos muitos desmandos, bem como um forte influenciador dos resultados catastróficos vistos na educação atual.

Teríamos nós, enquanto educadores e preocupados em transformar o ambiente educacional num local agradável ao estudante, cúmplices de uma (des)organização incapaz de enxergar uma realidade que salta aos olhos, como os desmandos vistos em vários ambientes escolares?

Na parte pedagógica e administrativa da instituição, será vivida a ideia de uma administração mista entre as partes civil e militar, onde a primeira seguirá tendo sua função importantíssima de focar e trabalhar nas inúmeras colocações diárias de aprendizagem, onde as políticas didáticas e avaliativas dos docentes precisam ser vistas, revistas e abertas as inovações que estiverem ao seu alcance.

Para isso dependerá de uma equipe capaz de colocar seus egos e ideias próprias em segundo plano, em nome de um planejamento e suas metas, visando e contribuindo para um bem comum pré-estabelecido por um sistema muito claro e diferenciado.

Com a parte militar ficará o processo de retomada ao respeito, não apenas à comunidade escolar em que estão inseridos, nas figuras dos professores e demais funcionários, mas também aos símbolos nacionais como a bandeira e os respectivos hinos da nação. Caberá aqui um aprendizado e a valorização à ordem, dentro e fora de sala, onde o companheirismo e a civilidade ganhe destaque e sentido.

Outra diferença pedagógica sentida está na grade horária com 6 aulas diárias, contra 5 dos demais colégios, trazendo em sua formatação básica as disciplinas de Cidadania e de Educação Financeira, onde os estudantes terão em ambas, uma abordagem com temas relevantes e diferenciados sobre os conteúdos, adquirindo experiências de grande importância em suas vidas pessoais e profissionais, seja na área de atitudes em sociedade, seja no conhecimento e no trato com sua vida financeira.

Por tratar-se de um modelo recente e por isso, não vivido e analisado por completo, surgem as dúvidas de como será trabalhada a parte avaliativa de seus componentes. Aqui cabe o esclarecimento de que, assim como encontramos nas escolas das mais variadas vertentes pedagógicas, no modelo Cívico-Militar também será trabalhada com as diversas maneiras de se chegar aos objetivos e resultados.

As ferramentas pedagógicas para avaliar e recuperar seguirão nas mãos dos professores e da respectiva equipe pedagógica local, bem como através de projetos específicos da Secretaria de Estado da Educação (SEED), como o denominado “se liga”, colocado em prática no final de 2019, para recuperar estudantes com baixo desempenho durante o ano letivo e, assim, participarem de mais um meio na luta por números menores de reprovação no estado, fato inclusive que sofreu e ainda sofre

críticas por parte de algumas escolas, por entenderem que se trata de apenas um instrumento forjado para maquiar os números na educação paranaense, uma vez que não traz diretrizes claras para seu procedimento acontecer, chegando a ter sua realização acontecendo com somente duas questões, em alguns locais, para a aprovação de um estudante que sequer havia pisado no colégio durante todo o ano letivo.

Neste sentido, refere-se às Portarias Federais a respeito da implementação das Escolas Cívico-Militares.

Portaria Nº 852, de 28 de outubro DE 2021 - Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM.

A portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021, publicada pelo Ministério da Educação em 29 de outubro do mesmo ano, teve como função trazer a regulamentação sobre a certificação das Escolas Cívico-Militares a serem adotadas em diferentes regiões do país. Com ela, buscou-se normatizar tais unidades escolares, enquanto suas mensurações e verificações para a implementação do modelo.

Como objetivos estavam a possibilidade de se poder averiguar os avanços e dificuldades do método no local, bem como providenciar estratégias para melhorias, visando ações exitosas para tanto.

Ficou estabelecido nela que a averiguação seja feita em três níveis: básico, intermediário e avançado, tratando-se de se dividi-los da seguinte maneira:

- a) Básico: Baseado na implementação do modelo da Escola Cívico Militar (ECIM), considerando se a escola conseguiu implementar os requisitos previstos nas diretrizes;
- b) Intermediário: Além do nível básico, pretende-se averiguar os resultados alcançados nas iniciativas estratégicas do programa;
- c) Avançado: Além dos pontos já citados, pretende ter uma visão mais abrangente sobre os impactos e os pontos já atingidos pelo programa.

Assim, ficaram definidos os passos a serem planejados e praticados, na intenção de se entender com clareza a real situação de cada estabelecimento de ensino. Uma vez reconhecido, possibilita-se as tomadas de decisões por parte daqueles que detêm as

prerrogativas legais para as necessárias tomadas de decisão.

Já a Portaria Nº 925, de 24 de novembro DE 2021 - Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

A portaria nº 925, por sua vez, veio para regulamentar ações a serem colocadas em prática em oitenta e nove novas escolas estaduais brasileiras, no ano corrente de 2022. Entre as ações, fala sobre a capacitação dos profissionais a serem escolhidos para atuarem nos respectivos locais, contando com o apoio da parte direto da área militar, sempre em que houver disponibilidade para isso.

Fala também sobre a autonomia de estados e municípios para a devida participação no projeto, respeitando os trâmites quanto aos prazos e especificidades para tanto.

Em seus artigos esclarece sobre a necessidade de financiamento, conforme disponibilidade orçamentária, para cobertura das despesas operacionais e regulamentares através de planos de ações articuladas (PAR), para assim, conseguir atender aos pedidos mais básicos na implementação do projeto.

Esses investimentos serão de responsabilidade compartilhada, tendo o MEC como destinador para o aporte financeiro, por meio do PAR, ainda por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

Importante lembrar que as escolas serão escolhidas através diversos critérios citados a seguir:

- a) Situação de vulnerabilidade;
- b) Baixo IDEB já comprovado;
- c) Com matrículas entre 501 e 1000;
- d) Com atuação no oferecimento de Ensino/médio regular;
- e) Oferta de ensino nos horários matutino e vespertino;
- f) Aprovação da comunidade escolar por consulta pública.

Tais esclarecimentos acabam por facilitar o entendimento da comunidade em geral, uma vez que demonstram de forma inequívoca os passos pretendidos pela pasta da educação, e assim, democraticamente, fazem com que as regras do projeto estejam ao alcance de todos.

Logo, a Portaria Nº 40, de 22 de janeiro de 2021 Altera a Portaria MEC nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - ECIM nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal;

A portaria acima citada teve como objetivo alterar diversas datas e procedimentos quanto à participação de Estados e do Distrito Federal na implementação das Escolas Cívico-Militares do país, colocando como data limite o dia 25 de janeiro de 2021 para que tais pretendentes enviassem os documentos necessários, chamados de Ofícios-resposta.

Traz também orientação de que, após essa data, e já no dia seguinte, disponibilizaria em seu sítio eletrônico, a listagem das manifestações do interesse, bem como as vagas remanescentes e não preenchidas pelos respectivos estados.

Passo seguinte, a portaria trazia a data de 5 de fevereiro de 2021 para que demais estados e municípios se manifestassem de forma oficial.

Tais alterações possibilitaram esclarecimentos a respeito dos modos e circunstâncias pelos quais os gestores interessados do país todo poderiam pesquisar e requerer a participação no devido processo de entrada no projeto.

A Portaria Nº 1. 071, de 24 de dezembro de 2020 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Por fim, a portaria acima, lançada no final do ano de 2020, esclarece que o programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) reforça normas já trazidas, onde a pública e manifesta escolha pela participação no projeto, deverá ser realizada pelo governador ou pelo respectivo secretário de educação do ente federativo. Tal medida deve ser ainda feita por intermédio de ofícios-resposta, dentro dos prazos previamente definidos.

Uma vez encerrado o primeiro prazo para tanto, novamente seriam divulgadas as vagas remanescentes através de consulta pública. Outra medida tomada foi nos casos em que os municípios com disponibilidade insuficiente de profissionais poderiam recorrer aos estados para adequação desses profissionais.

Como disposições finais, a portaria esclarece que a participação de qualquer gestor

integrante no projeto não o exime de suas obrigações previamente estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional e no Plano Nacional de educação.

Dessa forma, fica evidente que cada membro precisará arcar com suas devidas atribuições, gerenciando e praticando atividades que visem ajudar e desenvolver sua localidade com perseverança, acompanhamento e disposição para planejar e replanejar as rotas necessárias para o alcance qualitativo do projeto como um todo.

3.4 A disciplina e sua influência na educação

O tempo e sua passagem sempre foram motivo de discussão, depressa demais para alguns, lento demais para outros, mas inegavelmente temos um avanço considerável nas últimas décadas, no que se refere ao aumento da tecnologia.

Sempre entendendo que ela não está à disposição de todos, mas certamente fazendo parte do cotidiano, mesmo que de maneira indireta. com isso, o preto e branco dos televisores deram lugar às mais coloridas formas e tamanhos possíveis de aparelhos eletrônicos, o futuro finalmente chegou ao toque dos dedos, apesar de suas particularidades e diferenças sociais.

Entretanto, para muitos idealizadores da educação, a imagem da professora onipotente e respeitada, com sua mesa repleta de maçãs e cartinhas de afeto, ainda persiste.

Sendo assim, muitos doutores, que há muito não pisam numa sala de aula de verdade, a não ser em ambientes onde adultos bem arrumados e cheirosos, seguem debatendo e dando palpites nas ações de atividades que desconhecem, ou quando muito, estiveram de passagem em tempos distantes.

O ambiente outrora ameno e produtivo há muito deu espaço aos mais diferentes tipos de conflitos; gritos; atos de vandalismo e até mesmo de agressões, sejam elas físicas ou verbais.

Em nome de uma “liberdade” reprimida, afinal, os estudantes passaram por décadas amordaçados de suas capacidades criativas e inovadoras, passamos a conviver e a relativizar as maiores atrocidades dentro de um ambiente que deveria ser regido pelo respeito, pela ordem, pela, pela discussão sadia, pela pesquisa e assim,

finalmente pelas descobertas.

Há famílias que se acovardam em relação aos seus filhos, não colocam limites na disciplina do dia a dia. Onde isso estoura? Dentro da escola. Por quê? Porque somos o primeiro adulto que dá ordem para ele. “cadê o uniforme?”, “Fez a tarefa?”, “E o material?”, “Tira o pé de cima da carteira”. O que ele faz? Parte para cima. (CORTELLA, 2014, p. 88)

Não precisamos procurar excessivamente para encontrarmos relatos de profissionais que passaram por experiências terríveis de desrespeito, afrontas e inúmeras agressões. Muitos desses hoje sequer conseguem voltar ao ambiente profissional pelo qual se preparou, formou e passou por concurso público, tendo hoje que limitar seu trabalho docente a diferentes trabalhos que não seja o de enfrentar uma turma lotada. Mas onde estaria uma saída para tantos casos de agressão? Infelizmente, em muitos casos, preferimos esconder ou até mesmo tornar vítima em vilão, tudo em nome de uma defesa infinita ao menor, afinal de contas ele é legalmente inimputável.

Em 2014, quando num município da região metropolitana de Curitiba, uma professora foi covardemente atingida por um ataque de arma branca, levantou-se a hipótese do fato ter acontecido pelo tratamento indevido dela para com o estudante. Esse tipo de análise e de convivência não se limita apenas a esse fato isolado, pois são vividos e narrados diariamente na educação pública e privada, onde os casos muitas vezes são relevados, mas tudo em nome do bem-estar do estudante, afirmam os que as comandam.

Não obstante, o sucesso da universalização da educação em termos relativos quantitativos não representou um avanço na qualidade da educação brasileira. Ao contrário disso, os resultados em âmbito nacional (como o ENEM e o SAEB) e internacional (como o PISA) indicam que a qualidade da educação brasileira (principalmente a pública) está muito aquém das expectativas mínimas de aprendizagem. Não porque a escola passou a incluir um número significativamente maior de crianças, mas porque, para garantir a permanência, a escola precisou renunciar a uma exigência fundamental para o funcionamento de qualquer instituição educacional: a disciplina e o cumprimento de normas básicas de convivência (SCHIMIEGUEL, 2015, p. 36)

Uma vez detectada a necessidade urgente de se reatar o conceito disciplina, aliado ao comprometimento do aluno, fica a clara evidência de que a colocação de

limites, em nada defende a ideia de humilhar ou propagar a cultura da força, mesmo porque, o que se busca com o método é justamente demonstrar a importância de se respeitar a todos, inclusive àqueles que desejam ir à escola, ouvir e ser ouvido, aprender e fazer desse aprendizado sua ferramenta mais poderosa na vida, a ferramenta da opinião segura e firme, onde o ensino não será promovido em meio ao caos, bem como lhe trará a possibilidade de entender o que está sendo trabalhado, num ambiente seguro e respeitoso.

A evasão escolar, tão debatida e explorada nos congressos de educação, presente nas escolas de todos os estados da federação, apesar de tornar-se senso comum, enquanto problema a ser combatido, ainda não conseguiu ser vivido enquanto política de estado, e não apenas de governo.

No Estado do Paraná, presenciamos o projeto Presente na Escola, visando estancar o sangramento que acaba retirando cada vez mais jovens do caminho das pesquisas e dos estudos. Tal projeto, lançado em 2019 busca o acompanhamento mais detalhado sobre a presença de cada aluno, fator que possibilita a tomada de ações mais rápidas e eficazes, quando se constata a ausência injustificada na escola.

Entretanto, detectar pura e simplesmente a falta, não tem trazido resultados satisfatórios, uma vez que ao retornar, tais jovens precisam ser trazidos ao pertencimento e a clara certeza de que algo mais será feito para que ele ali permaneça.

Com isso, o modelo Cívico-militar tentará atuar de maneira mais produtiva e exitosa, onde o comprometimento entre a instituição e seus membros seja algo diário e parte do sistema, fazendo com que as atividades mais dinâmicas e diárias tragam aos seus componentes o sentimento de ser notado e parte integrante do corpo.

O modo nada simples de se fazer isso na prática segue sendo o grande desafio de todos, mas quando praticado como meta e parte da mentalidade do projeto, certamente se fará bem mais possível de ser realizado, com acompanhamento próximo e afetuoso, capaz de nos fazer aprender a nos importarmos com aquele que atravessa pelas mais diversas dificuldades.

Desde a aprendizagem da leitura ou da ortografia até a formação humanista tradicional, passando pelas ciências, as artes, as técnicas. Finalidades mais sutis, da socialização do indivíduo no sentido mais amplo, da aprendizagem da disciplina social, da ordem, do silêncio, da higiene, da polidez, dos comportamentos decentes etc. Sem negligenciar também a função de guarda, cujos efeitos sobre a organização do ensino. (CHERVEL, 1990, p. 188)

Dessa maneira, espera-se que cada estudante aprenda e alcance sua cidadania de forma prática, entendendo que toda e qualquer metodologia pedagógica só se faz útil quando através dela, cada indivíduo conseguir as transformações na sociedade em que vive. Uma prática de ensino que faça cada estudante se sentir importante e capaz de ser notado.

Além do importantíssimo acompanhamento mais próximo, perfeitamente possível pelo fato do interesse e atuação dos chefes e subchefes de turma com aqueles que se ausentarem sem qualquer declaração plausível, outro fator que poderá ser usado como diferencial está no incremento dos projetos já realizados pela pasta da Educação do Paraná.

Já no primeiro ano de implementação no colégio Cívico-Militar, onde essa pesquisa foi realizada na região metropolitana de Curitiba, já foram disponibilizados, além do já conhecidos curso Espanhol, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), oficinas de desenho e cursos de oficina musical, com aulas de violino e de violão.

Esses fatores anteriormente citados, aliados a outros projetos de cunho esportivo ainda a serem implementados, farão com que a aproximação do jovem ao local de aprendizado seja vivida de maneira mais estreita, com atividades mais prazerosas e individualizadas, auxiliando com isso para a quebra de preconceitos arraigados, que tentam trazer ao sistema militar a pecha de uma visão retrógrada e incapaz de trazer seus estudantes para dentro do sistema.

Para que algum projeto seja bem avaliado, a médio ou longo prazo, indiscutivelmente se faz necessário uma equipe afinada e disposta a colocar em prática as suas normas e diretrizes, a fim de que as metas traçadas sejam alcançadas. Nesse ambiente precisaremos encontrar pessoas abnegadas e dispostas a deixar de lado suas convicções próprias, sejam elas filosóficas, religiosas, políticas ou de qualquer outra natureza, em nome daquilo que está se propondo e se comprometendo

a realizar pelo sistema Cívico-Militar.

Dá para começar a perceber a importância absoluta dessa mentalidade, de que o professor é responsável? É óbvio que os alunos precisam se responsabilizar por aprender a matéria – mas o professor é responsável por induzi-los a sabê-la. As últimas gerações de professores, em sua maioria, têm sido levadas a crer que a responsabilidade não é delas; é dos alunos. Então qualquer tentativa de se relacionar o desempenho do aluno à eficácia do professor nos conduziria rapidamente para um cenário de terceira guerra mundial. (WILKINSON, 1992, p. 25).

Pois bem, para quem trabalha no setor público, e principalmente na área da educação, já sabe que essa teoria dificilmente será vista na prática. Primeiro porque um profissional que carrega consigo o ranço e a ojeriza por qualquer coisa que ligue ao termo militar, por vezes não teve a possibilidade ou até mesmo a coragem, pelo menos no primeiro ano de projeto, para posicionar-se e, num ato de grandeza, pedir para ser direcionado a outro ambiente de ensino. E o que isso traz para o colégio e seu corpo docente? O mesmo que uma parte do corpo doente traz para as demais partes dele, quais sejam:

- a) atitudes pessoais contrárias às normas da escola;
- b) discursos políticos inflamados, viciados e distorcidos em rejeição ao sistema militar (na maioria das vezes agindo nos bastidores, o que é mais desagradável);
- c) faltas constantes, com ou sem justificativa, ainda mais em tempos pandêmicos, em que um sintoma gripal já qualifica para não comparecer à escola, tendo com isso, a total noção dos transtornos que a falta de um profissional causa ao processo diário como um todo;
- d) falta de interação e vigilância ao estatuto em relação aos estudantes, pois isso certamente faz com que o sistema de ordem e disciplina comece a ruir de dentro para fora, uma vez que tais medidas devem ser observadas e aplicadas por todos;
- e) Indisposição para troca de experiências e novos aprendizados, a chamada e tão defendida “resistência” a qualquer coisa que venha do governo, principalmente as mudanças tecnológicas, as quais todos foram submetidos, mesmo que forçadamente com o advento das aulas remotas, uma vez que para isso, será necessário aprender a aprender, mesmo aqueles que se aproximam de suas aposentadorias.

Não há fator mais “detonante” para o início da indisciplina que a chegada em aula de um professor que “a turma estava pensando que nem vinha mais”. Quando os alunos se habituem com o atraso do professor, com as faltas do mestre, a espera por sua aula é sempre a espera da conversa, bagunça, festa, alegria. A chegada é a própria presença da frustração e está abriga a indisciplina. Melhor é mesmo ninguém esperar por atraso e nem imaginar a falta; nesse caso o cérebro já se organiza para a aula e as atitudes corporais para a placidez. Um grande passo foi dado! (ANTUNES, 2015, p. 24)

Como conseguir desarmar esse clima bélico, muitas vezes prestes a ser deflagrado, parece se tratar da maior e a mais árdua tarefa a ser planejada e praticada pelos atuais gestores da escola.

Tanto da parte civil, quanto no setor militar, certo é que ambos não deverão apostar na tática do enfrentamento aos profissionais mais resistentes, antes disso, precisarão usar do poder da persuasão para que o processo siga adiante. Uma vez que isso aconteça, ainda assim fica a impressão de que apenas o tempo e seus respectivos resultados trarão paz e convencimento àqueles que por ventura se negam a crer e a contribuir com a mudança já instalada.

No quesito mudança de comportamento também está uma das estratégias para aproximar e convencimento dos agora desacreditados, uma vez que, aplicada com firmeza e perseverança, poderá trazer a demonstração da eficácia por parte do método proposto, uma vez que para muitos, apenas a melhoria diária nos relacionamentos e ações das turmas, dentro e fora da sala, unindo-se aos avanços nas notas e na melhoria do comportamento em geral, serão suficientes para se conseguir uma aproximação, e assim, que consigam superar as barreiras construídas pelas pessoas mais intolerantes ao novo projeto.

Não é novidade para ninguém que toda e qualquer obra pública no Brasil, independentemente de sua relevância, traz consigo os fantasmas da demora, da burocracia; da falta de investimento a contento.

Na implementação das Escolas-Cívico Militares não seria diferente, ainda mais em meio a uma pandemia que assola todo o planeta, e que assim, não seria deixada de servir como justificativa para os maiores desmandos possíveis.

Com isso, logicamente que o modelo, pensado; votado e decidido para iniciar no início de 2021, passou e vem passando por alterações e dificuldades inerentes às dificuldades acima citadas, chegando por exemplo, ao fato de não ter os próprios milhares na escola até o mês de início da pesquisa, em maio do decorrente ano, bem

como sequer as vestimentas para os estudantes estavam à disposição, fator que, já no plano visual faria com que a nova metodologia fizesse realmente parte do cotidiano do colégio.

Todavia, tal informação teve desfecho positivo no início do mês de setembro, com a chegada dos profissionais Militares e com a promessa de que as vestimentas estarão na escola no final do mesmo mês de setembro ou no máximo no início de outubro/2021.

CAPÍTULO IV - PRODUTO DE APLICABILIDADE PEDAGÓGICA

Por meio da revisão sistemática documental, da revisão sistemática de literatura e da análise diagnóstica com uma comunidade escolar da Educação Básica sobre as perspectivas desta temática e ao retomar o objetivo central desta pesquisa que é estruturar uma versão preliminar de dicionário *on-line* crítico acerca de termos e conceitos que envolvem tais escolas, sendo um suporte acadêmico para reflexões (a aplicações), vê-se que verbete é, em sua origem, um texto escrito de caráter informativo, no intuito de se explicar conceitos necessários e já determinados por padrões estabelecidos, segundo seus ideais e pontos de vista.

Em um convite *on-line* para o debate acerca do tema “cívico-militar e educação”, foi desenvolvido e publicado, por meio da plataforma Google. Sites, o “C-M-REFLEXÕES”, o qual pode ser acessado por:

<https://sites.google.com/view/c-mreflex/in%C3%ADcio>

Figura 2: QRCODE site



Fonte: o autor (2022)

Cabe, portanto, esclarecer, que os termos aqui escolhidos tendem a esclarecer diversas palavras que, automaticamente, encontram ligação direta no projeto Cívico-Militar aqui trabalhado.

Uma vez existindo a necessidade de se desenvolver um produto tecnológico aplicável, visa-se a utilidade desse dicionário de verbetes, onde trataremos de pontos relevantes, explicando-os sob o ponto de vista de sua aplicabilidade e relevância prática na vida daqueles que dele farão uso. Por tratar-se de um projeto relativamente

novo, quando comparado às demais práticas de ensino, visamos a criação e a implementação desse dicionário específico e on-line, a fim de assim, estar aberto para a pesquisa e a participação efetiva por parte daqueles que assim desejarem interagir.

Para tanto, foram escolhidas palavras direcionadas ao modelo, bem como a sua intencionalidade, para que assim, possa ser destacado e compartilhado, visando sua discussão e interpretação de maneira prática e funcional, mas fundamentalmente, estando aberto para sua análise criteriosa e, logicamente, possibilitando os acréscimos que se acharem relevantes.

Como já fora dito, o termo Cívico-Militar, na essência pela qual se deseja expandir, ainda carece de muitas pesquisas e participação de toda sociedade local envolvida, portanto, desejável que tal trabalho seja realizado e visto acima de paixões políticas, não que essas não façam parte de uma discussão saudável, mas sim, que a democracia tão propagada na teoria encontre guarida na prática, para que enfim, seu êxito seja alcançado.

Tais termos escolhidos em ordem alfabética trazem então o desejo de demonstrar que o modelo adotado tem em seu cerne a vontade de melhorar, unir, somar e realizar, muito acima de apenas e tão somente destruir conceitos distintos, tampouco de querer se mostrar superior a qualquer outro modelo, longe disso, mas que as palavras escolhidas sejam refletidas e vistas no cotidiano escolar, de modo verdadeiro e para todos.

Adesão: item básico para a inicialização do projeto Cívico-Militar, as escolas que desejam participar do processo precisam entrar em contato com suas respectivas secretarias de educação, e assim, tendo os estados e municípios aderido ao projeto, recebem as devidas instruções para os passos seguintes. Importante lembrar que as escolas devem preencher os requisitos básicos, entre eles: estarem localizadas em capitais ou regiões metropolitanas; baixo IDEB; local em vulnerabilidade social e com casos graves de evasão escolar.

Benefícios: uma vez tendo sua aplicabilidade assegurada, atende e beneficia a todos os atores envolvidos no cotidiano escolar, trazendo a médio prazo uma profunda mudança no ambiente escolar, outrora conturbado e sem controle. Continua sendo pública e aberta aos que dela se dispuserem a participar, trazendo também a

possibilidade de um ensino pautado na pesquisa e no ensino de qualidade, sem a cobrança de demais valores nem taxas para tanto.

Compromisso: Qualquer alteração metodológica só se fará exitosa quando todos entendem e decidem fazer dela um pacto pela melhoria de todos. Com isso, uma vez escolhido o método pela maioria da comunidade, devem ficar acertados os papéis de cada um no plano em curso. Aqui, o compromisso em cumprir as atividades previamente decididas em equipe precisam estar acima de conceitos individuais, sempre na busca do bem coletivo.

Disciplina: as ações disciplinares colocadas em prática, desde os primeiros dias do projeto, visam fazer do colégio um local que possibilite a todos um aprendizado profundo e eficaz. Para tanto, com firmeza e austeridade, o coletivo fica ciente sobre a importância de se promover a disciplina em todos os locais da instituição de ensino, e com isso, entende e partilha da necessidade de se buscar essa prática constantemente.

Expectativa: a julgar pela procura dos responsáveis, causando inclusive listas de espera nas escolas que aderiram ao projeto Cívico-Militar, é grande a expectativa das comunidades locais pelo pleno e exitoso sucesso do sistema. Todavia, se faz preciso ser entendido, de modo claro e inequívoco, que mudanças em setores tão complexos e problemáticos necessitam da paciência e da participação efetiva de todos seus componentes. Além do mais, tais desempenhos precisarão dispor de um tempo hábil para ser analisado com eficiência.

Formação: Como acontece naturalmente em qualquer mudança de sistema já estabelecido, as novas diretrizes para a implementação Cívico-Militar necessitarão ser trabalhadas de forma paulatina e planejada. A falha e o descaso na formação dos profissionais da educação não é nenhuma novidade para quem atua no meio, e, se isso acontece no sistema anterior, quanto mais será fundamental numa prática tão diferenciada. Por isso, o quando e o como realizar as práticas da nova metodologia precisam ser passadas e repassadas com o decorrer do ano letivo, sempre de maneira prática e periódica.

Gestão: A forma proposta de dupla direção será colocada à prova, embora não seja inovadora, está longe de ser vista com frequência. Muito embora as atribuições sejam claras e muito bem definidas, dependerão de uma boa interação de ambos os

lados. Como ao que tudo indica não serão realizadas eleições diretas na parte civil, a escolha ficará a cargo das respectivas Secretarias de Educação.

Hierarquia: fator essencial e basilar ao método militar, certamente a hierarquia receberá um papel de destaque desde os primeiros momentos da implementação do método. Isso porque tal conceito não faz mais parte do cotidiano da sociedade brasileira, pelo menos não da maneira que era encarada há algumas décadas.

Se mesmo no contexto familiar já não observamos uma divisão clara por idade ou experiência, o setor profissional e social não ficou atrás. Com isso, o sistema militar, que traz de modo inerente e claro em sua estrutura as suas subordinações, precisará ensinar suas divisões de cargos e tarefas, pois isso será de fundamental importância, de modo claro e didático.

Inovação: Apesar de trazer uma considerável polêmica no meio acadêmico, fato é que a implementação da Escola Cívico-Militar tem trazido aos seus defensores uma esperança de mudança e de inovação. Todavia, o fato de ser diferente não traz em si a certeza de ser bem-sucedido, necessitando, portanto, de práticas muito bem pensadas e que possam ir além de projetos momentâneos e superficiais, uma vez que a simples injeção financeira já se provou ineficaz para o avanço educacional no país.

Jurisdição: Uma vez que estados e municípios terão a autonomia da escolha para o ingresso no projeto, a tendência é que suas inevitáveis situações-problema possam ser resolvidas de modo mais rápido e prático. Algumas especificações quanto ao fardamento e demais peculiaridades certamente precisarão de medidas locais, respeitando suas individualidades, sempre a serviço do andamento e de respostas mais satisfatórias para que sejam resolvidas a contento.

Know-how: A mistura de dois sistemas tão diferentes, num mesmo setor, e sem um relativo tempo para testes e adequações, faz com que o projeto traga consigo inúmeras práticas já praticadas de maneira exitosa nas escolas militares brasileiras. Para tanto, o sistema, pelo menos na teoria, será realizado por profissionais da reserva, com uma considerável experiência de vida, bem como no trato de diferentes tipos de treinamentos e abordagens.

Longevidade: Das inúmeras dúvidas e expectativas quem rodeiam o projeto, certamente a sua durabilidade está entre as mais incertas. Por tratar-se de um país onde ideologias são jogadas e impostas, muitas vezes assemelhando-se a um

clássico de futebol, cada gestor, família ou estudante não disponibiliza da menor certeza de que tal projeto terá ou não uma vida longa. E isso independentemente de seus resultados ou da aceitação por parte da comunidade, uma vez que, estamos tratando de mais uma política de governo, não de uma política de estado, estando, portanto, ao sabor do vento, e dependendo principalmente do veredicto da eleição seguinte.

Manual: item de suma importância em cada instituição de ensino, dele serão extraídas as respostas para o pleno andamento na implementação do projeto., pois um manual apenas copiado de outro estado ou município certamente trará inúmeras dificuldades aos seus integrantes. Entretanto, isso não se trata de uma autorização para que cada escola tenha seu próprio manual 100% independente, afinal, as diretrizes das escolas Cívico-Militares existem e deverão ser respeitadas, todavia, um material bem pensado e discutido na comunidade, mexendo naquilo que for realmente relevante e necessário, poderá aproximar e unir a todos os seus componentes de forma saudável e contributiva.

Normatização: As normatizações que serão recebidas, discutidas e praticadas no cotidiano escolar devem ser esclarecidas já nos primeiros dias do projeto. Isso porque, se do lado civil as novidades tendem a ser ínfimas, as do lado militar serão quase totalmente desconhecidas. Com isso, as diversas orientações precisarão ser trabalhadas de modo didático e efetivo, não deixando margens para assuntos nebulosos ou em aberto no novo sistema.

Organização: Por uma escola mais organizada e capaz de atender aos anseios de seus participantes, seus gestores deverão se debruçar nas maneiras pelas quais irão interagir junto aos seus componentes. Por isso, as regras precisam ser claras, coerentes e sem o deplorável jeitinho brasileiro, para que mesmo a curto prazo, consiga oferecer o mínimo de mudança satisfatória. Isso fala de uma gestão bem pensada e ágil, onde as tarefas sejam pré-estabelecidas e realizadas à risca e com propósito, mesmo porque, sabemos de antemão que o número de funcionários não será aumentado como num passe de mágica.

Patriotismo: Mais um fator muito caro ao sistema militar encontramos no respeito aos símbolos da pátria. Inegavelmente não vivemos dias em que a população em geral conheça, e, portanto, valorize nossos hinos e bandeiras. Chegamos ao

cúmulo de precisar impor leis estaduais para que se obrigue um cidadão a cantar o hino de seu país, e mesmo assim, muitas escolas jamais colocaram isso em prática. Ouvimos torcidas de futebol tripudiando em cima do Hino máximo da pátria, e nos últimos tempos, tal símbolo virou até sinônimo de desentendimento político-partidário, o que já demonstra o nível de sandice ao qual nos encontramos.

Qualidade: O nível de excelência que se deseja alcançar com o projeto proposto fala muito do aumento efetivo na qualidade que se deseja para o local de ensino como um todo. E aqui não se trata apenas de dinheiro, fator que também será importantíssimo para tal resultado, mas acima de tudo fala do grau de comprometimento de todos pelo bem comum durante todo o processo. Da assiduidade ao cuidado com o patrimônio público, por cada ação planejada e executada, em cada uma delas deverá estar embutida a certeza de fazer o melhor que estiver ao alcance.

Resultados: o Brasil participa de diversos órgãos competentes que medem nosso desempenho na área educacional. Tradicionalmente esses resultados são utilizados das mais variadas formas, às vezes de modo meramente político, para então poder agir nas áreas necessárias. Assim, entendidos de que nenhuma magia pode ser realizada na busca por melhorias, espera-se que, com as mudanças comportamentais e sistemáticas vividas pelo novo projeto, consiga se refletir muito em breve em avanços no aprendizado de cada estudante. Muito além de números frios, mas sim, no aumento da formação de cidadãos melhores e mais participantes da comunidade local.

Segurança: a presença da Polícia Militar já não é mais uma novidade nas escolas paranaenses, visto que, as patrulhas escolares já existem no estado desde 1994. Entretanto, devido ao baixo número de profissionais, há tempos não consegue trabalhar de maneira satisfatória. Com isso, as ocorrências dentro e fora das escolas acabam por ser muitas vezes relevadas e até mesmo resolvidas pelos próprios moradores e gestores escolares. É natural que a presença constante prevista no projeto fará com que as ações possam ser atendidas de maneira mais eficaz, não apenas de maneira ostensiva, mas acima de tudo preventiva.

Tenacidade: o poder de resistir e persistir, apesar das adversidades vividas no cotidiano nacional, parecem ser inerentes a boa parte da população brasileira. Ser

tenaz aqui fala de estar pronto para aprender a ouvir, observar e fundamentalmente praticar a mudanças que o novo modelo escolar trará a todos seus membros. E isso precisará ser colocado e explicado com muita parcimônia, uma vez que se trata de um modelo diferenciado, a ser aplicado numa geração não muito afeita a pagar o preço pelas suas conquistas.

Uniformes: as tratativas e discussões sobre o uso dos uniformes escolares já existem há algum tempo, em qualquer modelo escolar. E entre aqueles que os defendem fazem parte as afirmações de que facilita a identificação de um estudante, aumentando assim, a diferenciação de quem está no local realmente para estudar. Importante salientar que tais vestimentas não terão valor adicional para as famílias, porém, serão peças obrigatórias para o acesso ao ambiente escolar.

Valores: escola alguma deve ter a pretensão de usurpar da família o sagrado papel de ensinar, bem como de cobrar valores de qualquer estudante, porém, tem uma posição essencial na colaboração de tais ideais. Em ações como respeito, inclusão, cooperação, acolhimento e orientação estão alguns dos pontos em que o projeto terá à disposição para ser o braço amigo, ajudando a todos aqueles que fizerem parte do projeto.

WI-FI: a tecnologia a serviço da educação e do aprendizado precisa ser revista e incentivada. Apesar das muitas discussões a respeito do uso do celular em sala de aula, certo é que o aprendizado fica mais dinâmico e eficaz, onde o bom e velho quadro de giz não seja a única ferramenta tecnológica à disposição dos componentes da escola.

X da questão: o modelo Cívico-Militar não é melhor ou pior em comparação aos demais modelos de gestão escolar encontrados no país. Esse não é o X da questão. Por isso, gestores e familiares que porventura ingressarem no modelo precisam estar cientes de que os defensores do projeto jamais colocaram isso como meta, tampouco tem essa pretensão. O sistema não deverá ser visto como a solução para todos os problemas vividos na educação. E por fim, sua principal função está em oferecer uma nova possibilidade de escolha para o aprendizado de nossos estudantes, sem desmerecer as demais formas de ensino já existentes.

Youtube: com a busca intensa por uma internet cada vez mais potente e livre para seu uso em atividades pedagógicas, a ferramenta Youtube ganha enorme destaque. O mundo ao toque dos dedos, fazendo com que aulas se tornem muito mais atrativas e visuais, ainda mais para o atendimento da geração tecnológica.

Zelo: o sentimento de pertencimento precisa ser trabalhado através de palestras e demais práticas constantes, unindo a comunidade aos profissionais que trabalham na escola. Parece pouco, mas na importância da conscientização do termo “público” está uma ação fundamental para que o zelo pela escola seja aprendido e vivido diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou aprofundar e levar à reflexão a implementação das escolas Cívico-Militares no país. Durante seu processo se fez necessário abordarmos e entendermos as dúvidas; dilemas; queixas e sugestões feitas por partes que fazem parte do cenário. Importantíssimo levarmos em consideração as vozes desse cenário que por muitas décadas jamais foram consultadas na prática, entendermos que em seus posicionamentos muitas vezes está a simples vontade de participar das escolhas que por tempos lhes foram songadas.

Dentre elas, encontramos à procura por um ambiente escolar mais seguro, onde a falácia de liberdade pela liberdade não seja imposta pelo simples pretexto de se deixar crescer sem rumo ou projeto.

Fica claro, desde a escolha do projeto a ser implementado, até os dias atuais, que o processo será longo e penoso, todavia possível de ser aplicado, desde que todos os seus atores estejam dispostos a doar-se muito além de suas próprias vontades e desejos próprios.

Por isso, evidencia-se que o modelo Cívico-Militar jamais se coloca como única e satisfatória fonte de sucesso pedagógico, tampouco que uma simples troca de sistema será capaz de resolver, a toque de caixa, um problema educacional tão complexo e duradouro, que há muito tempo nos envergonha nos mais variados sensores nacionais e internacionais, porém, certo de que, com planejamento, suor e participação leal de todos, o sistema será exitoso para todos.

Se nós educadores desejamos colocar a prática educativa a serviço da democratização social, importa que ela seja eficiente, isto é, que todos os estudantes aprendam aquilo que necessitam aprender e, por aprenderem, se desenvolvam. Então, todos adquirirão recursos para buscar o seu lugar na vida social em situação de igualdade. (LUCKESI, 2018, p. 130).

Enfim, mostra-se nítido para nós educadores que algo precisa ser feito, mesmo que para tanto, tenhamos que rever alguns conceitos de que jamais pensaríamos abrir mão. Para tanto, que nunca deixemos a prepotência e a arrogância nos enganarem, como sábios e infalíveis, capazes de encontramos e dominarmos uma saída fácil e rápida para o buraco em que nos encontramos na educação.

Que estejamos dispostos a colocar ideias em prática, onde o respeito e a

disciplina possam dar suporte ao aprendizado, calcado sempre na busca pelo conhecimento real e duradouro, para que as futuras gerações formadas nesse sistema, por elas mesmas, possam testemunhar até que ponto o rompimento com as liberdades ilimitadas, vividas nas últimas décadas, puderam ajudá-las a mudar seus conceitos de vida, com atitudes relevantes e práticas, onde a mudança seja clara e perceptível.

E foi precisamente isso que Chico disse na “Banda”. Cada um estava concentrado em seu sonhinho, a namorada, o faroleiro, o homem rico, a moça feia, o homem velho... Cada um na sua, não havia povo, tal como nós do Brasil, país que não tem povo porque não há sonhos belos para sonhar. Mas aí passou uma banda, e o que ela tocava era tão bonito que os sonhos de cada um logo ficaram pequenos e foram esquecidos. Esquecidos os sonhinhos individuais, formou-se a procissão dos que seguiam o sonhão que a banda tocava. Um povo nasceu. A “Banda” contém a teoria política do nascimento de um povo. (ALVES, 2015, p. 25)

Enfim, que estejamos mais interessados na coletividade, cultivando um ambiente onde a honestidade, o respeito e a ordem não sejam tratadas de forma generalizadas como retrógradas em si, mas sim que quando trabalhadas com critérios e determinação, podem ainda fazer a diferença na vida das pessoas, muito além de apenas uma preparação para o mercado de trabalho, mas antes de tudo, fazendo a diferença na vida de cidadãos que amam e respeitam sua terra natal, não somente na teoria, mas antes de tudo nas ações que realizam de maneira prática.

Um profissional da educação vive por no mínimo quatro anos num banco de graduação, depois, muitos desses acabam passando por especializações, mestrados, doutorados e até pós-doutorado, entretanto, nenhum desses importantes métodos de capacitação pode, por si próprio, dar aos futuros professores a certeza de que, ao se deparar com uma sala de aula lotada, terá um desempenho satisfatório.

Longe de querer com isso desmerecer ou deixar de comentar sobre a importância de se preparar mais e mais, mas apenas entrar num assunto tão caro e necessário para qualquer atuação, quando tratamos da experiência prática de chão de sala.

Nenhuma capacitação, por melhor que seja pensada e preparada, poderá dar aos seus participantes a firmeza de encarar uma turma com facilidade e segurança, sem considerar o tempo de prática. Mas entender o porquê de tal paradoxo, em que apesar de ser preciso muita teoria, não poderá ser útil quando desconexa com a

realidade, torna-se de grande valia ao debatermos a capacitação de professores nas mais diversas faixas etárias da educação.

E muito comum se ouvir falar de capacitação durante no mínimo duas vezes do ano letivo, sendo uma bem no começo da temporada, e outra aproximadamente lá pelo meio do ano letivo, mas geralmente trata-se de atividades protocolares, impostas de cima para baixo, sem um sentido relevante, desrespeitando inclusive a comunidade escolar local e suas reais dificuldades, onde não acabam por somar em nada de forma factual, perdendo inclusive uma das grandes e únicas chances de se juntar o corpo docente de maneira completa, deixando passar uma excelente possibilidade de troca e de aprendizado em equipe.

Certamente que a culpa não deve ser colocada exclusivamente nas costas do estado, uma vez que a escola por muitas vezes abre mão de sua autonomia, em nome de uma pretensa imposição, quando poderia simplesmente programar-se para uma semana recheada de eventos voltados às dificuldades locais e reais, fazendo com que seus componentes pudessem se ver nelas, de modo sincero e democrático, tendo a chance de ter vez e voz de fala, uma vez que nenhum gestor público de fora tem maior possibilidade de saber os reais desafios que os esperam, sendo assim, acabam por escolher fazer mais do mesmo, respondendo perguntas vazias e generalizadas perante tantos obstáculos particulares.

Nas ações práticas de gestão, surge a necessidade de participação de todos os seus agentes, ou seja, de professores, responsáveis, equipe gestora, funcionários e alunos, todos no intuito de se buscar uma escola mais segura e planejada, em que os objetivos possam ser comuns e práticos, sem a frieza de um simples documento feito e pensado por poucos, isso na teoria funciona muito bem, mas raramente será visto na prática, e isso pelos mais variados tipos de dificuldades.

Basta uma simples convocação para uma reunião pedagógica para observar que muitos dos responsáveis pelos estudantes não comparecerão, seja por desinteresse ou por impossibilidade profissional, fazendo com que o poder de decisão para assuntos relevantes e, de interesse público, não ultrapasse os muros da escola, ficando, portanto, sem a amarra fundamental para as atitudes a serem tomadas no cotidiano da escola.

A construção de uma escola participativa e acolhedora, capaz de promover ações que realmente consiga alcançar seu papel na sociedade, parte fundamentalmente da participação efetiva da comunidade local. A democracia precisa estar impregnada nela, sem meio termo ou parcialidade, mas para isso irá requerer muito trabalho e empenho, a médio e longo prazo, daqueles que a comanda, pois sem isso as coisas tendem a estagnar ou até piorar.

No imaginário infantil podemos resgatar momentos de festas na escola, lotada e cheia de atividades nas datas comemorativas, e ainda hoje, em determinadas regiões, o gestor sente a participação dos moradores, tanto na construção, quanto na execução das atividades.

Mas alguns gestores vivem o drama de tentar chamar, para promover algum evento e não ter retorno algum. É então que vem o desânimo e a intenção de declarar a comunidade como não participativa, fria e indiferente às atividades dos próprios filhos. Muitos desconhecem, mas diretores e suas equipes muitas vezes correm atrás dos comerciantes locais, buscando investimentos que possam ajudá-los, sempre buscando maneiras de promoção, uma vez que nesses eventos estão a tentativa de se conseguir as condições de melhorias para a escola.

Em tudo isso existe a formação do professor, onde ao participar de tantas atividades, começa a entender a comunidade em que está inserido, uma vez que muitos não trabalham na região em moram.

Aqui está um fator que quase sempre não está ligado à realidade dos planejamentos de educação, a de entender, promover e construir uma afinidade entre professor x comunidade local. Esse elo, esse vínculo profissional afetivo quase sempre é abandonado ou deixado em segundo plano, por entender que o importante é não faltar professor, pouco importando se ele conhece seu público ou não.

Demonstra-se assim, entender que tanto faz a comunidade em que trabalha, que estudante é tudo igual, e que não precisa de uma trabalho prévio para obter-se sucesso, todavia, no decorrer do percurso isso acaba se mostrando como um grande equívoco, uma vez que tal profissional acaba por demorar muito e se adaptar, mas sem a mínima certeza de que no ano seguinte estará novamente na região, por isso a importância de se promover concurso público, palavras que tornaram-se como palavrões para os gestores políticos modernos, para que então a situação tivesse um

melhor desfecho, assegurando mais ferramentas de planejamento a todos os envolvidos na escola, não para apenas dar estabilidade fria e desqualificada, mas sim, para promover a formação de uma equipe mais coesa e melhor distribuída, de maneira pensada e orientada para os desafios que cada ano letivo carrega.

Dessa forma, muitas capacitações podem e devem ser promovidas, com fundamentações práticas e locais, fugindo do marasmo e das obviedades que acabam por acontecer.

Com o trabalho tendo acontecido de forma remota, pode-se dizer que nas últimas reuniões os assuntos foram mais relevantes e certamente diferentes das sonolentas atividades passadas, que mais serviam para trocar experiências sobre as férias do que qualquer outra coisa.

A partir de março de 2020, muitos gestores precisaram aprender a aprender, pois só assim conseguiram colocar em prática a enxurrada de mudanças vividas com a necessidade de se trabalhar longe das salas de aula.

Professores e demais envolvidos na parte pedagógica precisaram iniciar o aprendizado de habilidades que, apesar de parecerem momentâneas, tendem a nos mostrar que vieram para ficar.

De uma hora para outra tiveram que aprender a mexer com microfone, câmera, pastas, e-mail, fazer reunião síncrona, e é claro, participar de um número inimaginável de grupos de WhatsApp, ferramenta inclusive que há muito tempo deixou de ser particular, passando a ser o caminho mais direto e rápido entre os componentes da escola, fator que levou cada educador a ser chamado, interpelado e incomodado a qualquer parte do dia, incluindo finais de semana.

Tratamos tais mudanças como assuntos sem volta, uma vez que, apesar de lutarmos e desejarmos o fim da pandemia mundial, temos a devida clareza que ficarão o aprendizado e a prática da maioria delas mesmo pós pandemia, uma vez que os investimentos feitos não poderão simplesmente desaparecer, afinal, a tecnologia avança e continuará avançando, não podendo a escola ficar à margem dessa realidade.

Por fim, entendendo que a tecnologia é fundamental e precisa ser buscada, outros fatores acabam precisando também de cuidados redobrados na hora de se pensar na capacitação de todos os envolvidos na escola.

Como conhecer e atender alunos com deficiência; tipos de laudos; casos de maior complexidade, seja social, física ou emocional; apresentar materiais e salas disponíveis para desempenho de disciplinas específicas; número de profissionais para entendimento dos desafios e das carências; particularidades da comunidade local em que a escola está inserida; datas de eventos e dos momentos pedagógicos para um melhor fluir da dinâmica da escola, são alguns dos fatores que devem ser trabalhados e expostos logo no início do ano letivo, para assim, serem traçados planos e metas para um exitoso trabalho em equipe.

Ao voltar a pensar nas ECIM, na parte das vestimentas e suas ordenanças, já temos diversos pontos a serem trabalhados, assuntos que certamente trarão consigo alguns questionamentos e até debates a serem resolvidos pelo setor responsável.

Aqui já temos um grande motivo para ser discutido e resolvido já no início da implementação. Poderão ser discutidos e mudados alguns pontos claros e descritos no manual, ou isso abrirá margem para que ao amenizar-se um ponto acabe por deixar outros passíveis de alteração? Essas perguntas só serão respondidas com o trabalho e as conversas a serem feitas no ambiente propício, envolvendo assim, o lado cívico do projeto.

Para ser mais específico, é necessário trazeremos pontos factíveis dos possíveis problemas a serem vividos na escola, para entendermos os desafios que estarão no cotidiano da escola.

Ponto 1: Corte de cabelo: estamos no século 21, as coisas mudaram e se transformaram de tal forma que não dificilmente convivemos com os mais variados tipos de cortes, com seus tamanhos e cores, ações que trazem em si, gostos pessoais, atos de pertencimento a determinada turma, ou simplesmente o fato de querer estar na moda. E aí teremos um caso inequívoco de impasse entre regimento e realidade, uma vez que o manual é claro quanto a isso.

Em se fazer cumprir o que está escrito a escola precisará ter subsídios e sustentação do núcleo de educação para tanto, uma vez que as críticas e denúncias certamente farão parte frequentemente do setor.

Ponto 2: As vestimentas: quem trabalha em escola já está acostumado com as encrencas geradas pela falta de uniforme, pela escolha dele e mesmo pela sua obrigatoriedade.

É muito comum conviver com esses problemas, ao ponto da maioria das escolas terem algumas peças doadas para a reposição daqueles que desobedecem às regras de uso.

Como segundo caso, o quanto traria de problema ao gestor fazer com que um estudante não seja autorizado a adentrar as dependências da escola no caso de apresentar-se sem as completas vestimentas, também parece ser um dilema na hora de se pensar na aplicação das regras do sistema proposto.

Ponto 3: Casos disciplinares: Vivemos uma sociedade onde o cumprimento dos deveres está muito aquém da luta pelos direitos. Quase sempre o fato de se cobrar alguém em público por uma atividade não realizada pode gerar os mais variados tipos de transtornos, chegando até a causar denúncias, conforme a maneira pela qual tal situação seja praticada.

Por isso, embora o estatuto seja claro e cristalino quanto às ações tomadas diante de atos infracionais, verdade é que o modo ou os mecanismos punitivos poderão gerar inúmeras situações conflituosas, mesmo porque, a sociedade já não enxerga mais no grito e na imposição os modelos aceitáveis para resolução de assuntos ligados à indisciplina, acrescentando ainda que o afastamento do estudante nos moldes antigos da suspensão já encontra resistência nos moldes pedagógicos. Existem até quem defenda que, após o erro cometido, punir de modo firme acaba por piorar a situação já problemática.

Quanto ao diretor cívico, suas atribuições não parecem fugir muito das que já fazem parte de seu cotidiano, porém, com a diferença de atuar agora com um parceiro na direção, que apesar de trabalhar mais em assuntos disciplinares, não deixará de participar das inúmeras tomadas de decisão no decorrer do ano letivo.

Como crítica ao sistema, está a imposição do estado em fazer a escolha desse diretor de forma antidemocrática, ou seja, sem a participação efetiva da comunidade através de eleição, preferindo a indicação, e não pelo voto de todos os atores participantes da escola. Isso tem trazido críticas constantes e bem argumentadas, uma vez que foram colocadas de maneira desnecessária diante de uma prática já consolidada de eleição direta, mesmo sabendo que tal ação democrática não dá a certeza de trabalho bem executado.

Por tratar-se do responsável pela parte civil, terá a incumbência de fazer as pontes com o núcleo de educação regional, como aliás já tem na normalidade, tendo suas decisões diretas e indiretas quanto à formação da equipe de funcionários sem a influência do diretor militar.

Quanto aos professores, encontramos um novo e complexo problema, uma vez que a polarização política no país acaba por afetar o ambiente escolar de maneira direta.

As remoções aconteceram desde o início do projeto de maneira tradicional, entretanto, muitos profissionais que não comungam do pensamento disposto no projeto, acabaram permanecendo, dessa forma, será preciso acontecer um trabalho de conscientização, com falar e trocas de ideias francas, para que o corpo docente não acabe por se indispor perante as práticas a serem realizadas na escola. Tudo precisa ser muito bem alinhavado, afinal, qualquer movimento de contravenção aos preceitos implementados podem causar um racha no processo como um todo.

Vale lembrar que os gestores não dispõem da escolha de profissionais para trabalhar segundo o perfil inerente à metodologia em questão, mas já existem tratativas pela busca por um mecanismo que dê aos diretores as ferramentas para escolha dos futuros profissionais, para que assim consigam fazer uma equipe mais coesa e comprometida, todavia, essa tentativa ainda não tem data nem programação definida, uma vez que nenhum profissional concursado pode ser obrigado ou coagido a deixar seu posto de ensino, mesmo que para tanto precise ficar num ambiente que irá se utilizar de práticas vistas como retrógradas e até ofensivas nas formas de ensinar.

O terreno minado de pensamentos ideológicos traz à tona enormes feridas abertas após o período de exceção vividos no país de 1964 a 1985. Por isso, quando o assunto a ser analisado se trata do sistema militar, prepare-se para o combate, muitas vezes de pessoas e não de ideias.

A defesa pela escola pública de qualidade sempre foi objeto de desejo e discurso carimbado de uma ala ideológica bem específica e presente nos ambientes escolares, de forma que, ao ser confrontada, trava uma batalha que dificilmente trará em si a possibilidade de diálogo, uma vez que tais virtudes jamais poderão ser

encontradas do outro lado do rio. Não interessando números ou atividades exitosas, no final, o termo militar segue sendo o inimigo a ser combatido.

Demonizar o oponente sempre foi uma tática relevante e atrativa para se debater um assunto, quando se perdem os argumentos, surgem as ofensas e julgamentos, afinal, deixar a água turva sempre foi um belo modo de se dificultar a visibilidade.

Nesse estilo, surgem as falsas premissas de que a escola não precisa ou tem sequer espaço para a prática militar, sendo, portanto, inadmissível a criação de escolas com pensamentos tão distintos num mesmo ambiente.

Porém, na realidade nua e crua, encontramos e mergulhamos em números desastrosos nos mais variados mecanismos de avaliação, mesmo após de décadas de pedagogia frouxa e incentivadora, onde a palavra limite não pode sequer ser dita, visto que, a liberdade, e só a liberdade pode fazer florescer nos estudantes a magia do aprender prazerosamente.

Todavia, para muitos, a necessidade de forjarmos na escola um ambiente de prazer e alegria, há muito tempo fez com que as coisas perdessem seu caminho, produzindo estudantes desinteressados e incapazes de realizar as atividades mais básicas, uma vez que sabem não existir mecanismos que os cobrem, nem apontem caminhos para melhorias em seus desempenhos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho= aluno difícil, A questão da indisciplina em sala de aula**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). *Escolas Cívico-Militares*, Brasília, MEC/SEF.

COLÉGIO MILITAR NO BRASIL:
<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-o-colegio-militar>

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

FINK, Arlene. *Conducting Research Literature Reviews: From the Internet to Paper*. Fourth edition. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2014.

GANDIN, D. **Temas para um projeto Político-pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GONÇALVES, Nadia /RANZI, Serlei. **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **As contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Áurea M. **A dinâmica da violência escolar**. Conflito e ambiguidade. São Paulo: Campinas, 1996.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação, questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

MICHAELIS, **Dicionário escolar Língua Portuguesa**. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

SCHIMIEGUEL, Otávio. **Indisciplina e impunidade na escola: porque professores estão adoecendo e alunos não estão aprendendo**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2015.

SCHIRMER, Pedro. **Das Virtudes Militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

TREVISAN, Leonardo. 1985. **O Pensamento Militar Brasileiro**. Cadernos de Educação Política. S. P. Global.

UNIDADE DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: Disponível em: **Academia Militar – UNIDADES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS (wordpress.com)**

VASCONCELLOS, C. S. **Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, J.L; TIBOLA, F. **Pesquisa Qualitativa em Marketing e suas Variações: Trilhas para Pesquisas Futuras**. RAC, São Paulo, V.9, n2, Abr/Jun. 2005: p.09-33.

WILKINSON, Bruce. **As 7 Leis do Aprendizado**. Editora Betânia, 1998.

ZAGURY, Tania. **O professor refém**. Editora Record, 2009.

Developing and refining your literature review

You can use and adapt these prompt questions at different points in the process of researching and writing your review. These are suggestions to get you thinking and writing.

1) Demonstrating your knowledge and familiarity in your subject/topic:

What are the significant and established themes of your subject/topic? What are the relevant sources? Why? Are they reliable sources? Why?

What are the recent developments? Are they significant? Why?

What are the appropriate methods of research?

2) Your critical analysis:

What are the strengths of the themes of your chosen topic? What evidence have you found that supports this?

Where are the gaps or weak areas in the literature? What are they?

Are there areas of controversy? What are they?

3) Summarising your thoughts:

What do you think? Why do you think that? (Based on the evidence you have gathered.)

How does your project/research question link into this? Why does it need to be undertaken? (Try to give an explicit statement for your reader).

What are the most appropriate research methods to use and why?

4) Structuring your literature review:

What are the main themes of your project/dissertation? What order do you need to use to explain this to someone else?

What is the scope of your project/dissertation? (And what is not - important to consider in the planning stages.)

ANEXO II³

Decreto 10004/19 | Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio.

§ 1º O Pecim será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares - Ecim.

§ 2º O Pecim é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital e não implicará o encerramento de outros programas ou a sua substituição.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Escolas Cívico-Militares - Ecim - escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais, que aderirem ao Pecim;

II - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim - conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento das Ecim a partir de modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa;

III - fomento - apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares estaduais,

municipais e distritais que desejarem implementar o modelo das Ecim;

IV - fortalecimento - apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares que já adotem modelo de gestão com colaboração civil/militar, com o objetivo de padronizá-lo ao modelo adotado para as Ecim;

V - gestão de processos educacionais - promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em

³ Com base em: Manual_do_Estudante_do_CCM_PR.. Disponível em http://www.iuvalcidesmunhoz.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/25/1020/21/arquivos/File/Manual_do_Estudante_do_CCM_PR.pdf

ambiente escolar externo à sala de aula;

VI - gestão de processos didático-pedagógicos - promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes;

VII - gestão de processos administrativos - promoção de atividades com vistas à otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar; e

VIII - comunidade escolar - conjunto formado por:

a) os estudantes matriculados em escola pública regular estadual, municipal ou distrital, com frequência comprovada;

b) os responsáveis pelos estudantes a que se refere a alínea "a"; e

c) os professores e os demais servidores integrantes do quadro do magistério público estadual, municipal ou distrital em exercício na unidade escolar.

2- MANUAL DO ESTUDANTE CÍVICO-MILITAR

1. APRESENTAÇÃO

O Manual do Estudante do Colégio Cívico-Militar do Paraná (CCM/PR) contém informações úteis e necessárias ao Estudante e ao seu Responsável. O objetivo deste manual é aproximar a família (estudante e seu responsável) dos valores, tradições e normas do CCM/PR, permitindo que as informações apresentadas e padrões estabelecidos sirvam de referência para uma convivência sadia, em um ambiente que promova o senso de responsabilidade e o respeito às normas. É de vital importância a sua consulta constante.

2. CÓDIGO DE HONRA

Lealdade e honestidade.

Iniciativa e nobreza de atitudes.

Disciplina e camaradagem.

Estudo e amor à cultura.

Respeito às normas do CCM.

3. SIGNIFICADO DA BOINA AZUL

A boina, na força de uma das cores heráldicas da bandeira do Estado do Paraná, significa a incorporação do novo estudante às fileiras do Programa Colégio Cívico-Militar do Paraná. Simboliza não apenas a proteção do corpo jovem, em formação, mas também a segurança propiciada pelo Programa que neste momento acolhe o novo estudante.

A boina é a continuidade ao unir o jovem de hoje - idealista, esperançoso e confiante – às tradições de honra e de patriotismo. É símbolo de união, de amizade, de respeito, de camaradagem, de civismo.

É nela que os dedos frágeis e perfilados do jovem tocam para prestar a continência orgulhosa e com ela saudar os chefes, professores, amigos, camaradas e homenagear os símbolos da Pátria, mais pura manifestação do nacionalismo. A boina é fraternidade ao irmanar os novos estudantes aos seus camaradas mais antigos. Além de tudo isso, a boina é carinho, esperança e amor ao solidificar a união familiar no ato de sua entrega.

4. DIRETOR CÍVICO-MILITAR

O Diretor Cívico-Militar chefia a equipe de monitores. Suas atribuições estão listadas no Regimento Interno dos Colégios Cívico-Militares, das quais destacam-se:

I – zelar pela disciplina escolar, pela ordem e pelo cumprimento da justiça, de acordo com as Normas de Conduta e Atitudes dos CCM/PR;

II – planejar, organizar e coordenar o apoio às atividades de ensino que estiverem sob sua responsabilidade;

III – orientar, permanentemente, as ações dos monitores, no que diz respeito ao trato e ao relacionamento com corpo discente, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais legislações que garantem a proteção integral dos menores;

IV – participar da apuração e da aplicação de medida educativa dentro de sua competência funcional;

V – exigir o correto uso de uniformes e a boa apresentação pessoal dos monitores;

VI – liderar os monitores pelo exemplo e orientá-los a se portarem, sempre, como referências positivas a serem seguidas pelos estudantes e pelos demais

profissionais do colégio;

VII – manter a direção escolar informada sobre as atividades da gestão educacional, em particular, sobre a situação disciplinar dos estudantes; dentre outras.

5. MONITORES

Os Monitores são responsáveis pelo acompanhamento do estudante em seu cotidiano. Suas atribuições estão listadas no Regimento Interno dos Colégios Cívico-Militares, das quais destacam-se:

I – atuar na área educacional, particularmente no desenvolvimento de atitudes e valores, em consonância com as demais áreas do colégio;

II – atender aos responsáveis dos estudantes sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade;

III – assegurar o cumprimento das Normas de Conduta e Atitudes, com educação e serenidade;

IV – lançar as ocorrências dos estudantes no sistema de gestão escolar;

V – exercer o acompanhamento da conduta do estudante e atuar, preventivamente, na correção de comportamentos inadequados de maneira compatível com a idade dos discentes;

VI – realizar a apuração de faltas comportamentais e atitudinais;

VII – desenvolver nos estudantes o espírito de civismo e patriotismo, estimulando o culto aos símbolos nacionais;

VIII – acompanhar a entrada e a saída dos estudantes no colégio;

IX – conduzir as formaturas diárias dentro das suas turmas e auxiliar na preparação e execução das formaturas gerais;

X – ensinar os movimentos de ordem unida, os sinais de respeito e a correta utilização dos uniformes aos estudantes de acordo com os regulamentos previstos;

XI – ensinar o Hino Nacional e o Hino à Bandeira aos estudantes. Outras canções podem ser ensinadas e cantadas no colégio, depois de autorizadas pelo Diretor Cívico-Militar;

XXX – orientar e acompanhar as atividades dos Chefes de Turma; e

XII – elogiar os estudantes por atitudes positivas, preocupando-se em não desmerecer os demais; dentre outras.

6. EQUIPE PEDAGÓGICA É o setor responsável por propor ao Diretor-Geral medidas que visem a alcançar o máximo de eficiência no processo ensino-aprendizagem. Além de conduzir a rotina de ensino do colégio, é por meio das suas coordenações de ano, que são prestados aos responsáveis esclarecimentos sobre horário de aulas, calendário escolar, atividades de ensino, rendimento de estudos e deficiências no aprendizado.

7. CALENDÁRIO GERAL: Neste calendário estão previstas todas as atividades que serão desenvolvidas no CCM no decorrer do ano. Orienta-se aos senhores responsáveis que observem as atividades previstas, a fim de evitar faltas sem justificativa, o que poderá ser passível de perda de pontos e, até mesmo, aplicação de medidas disciplinares, de acordo com as Normas de Conduta e Atitudes. O Calendário Geral poderá ser modificado, por motivo de força maior, a critério da Direção. As modificações serão informadas por meio de Comunicado aos senhores responsáveis. O Calendário Geral encontra-se disponível na Secretaria Escolar ou na área “Alunos” no site www.diaadia.pr.gov.br.

8. HORÁRIO

(a) A pontualidade deve ser um valor constantemente buscado, portanto, a partir de ...h00 (manhã) ou ...h00 (tarde), o estudante será considerado atrasado, ficando sujeito à aplicação de medidas disciplinares. (b) Da mesma forma, é necessário que todos os estudantes estejam dentro das salas de aula no início de cada aula com todo seu material. Após o início do tempo de aula/atividade pedagógica, o estudante entrará em sala ou acompanhará a atividade, somente se for autorizado pelo professor e estiver sendo conduzido por um monitor, depois de ter sido registrado o respectivo atraso. · Não é permitida a permanência de estudantes no interior do colégio em dias e horários sem expediente desacompanhados de monitor/professor responsável pela atividade a ser desenvolvida. Podendo permanecer dentro do colégio, nas imediações do portão de saída, apenas enquanto aguarda a chegada do responsável. · Faltas ou atrasos previstos devem ser

comunicados com antecedência pelos responsáveis ao Monitor. · Sempre haverá a presença de um Monitor no portão para verificação imediata do cumprimento do horário pelos estudantes e da sua apresentação individual. O estudante atrasado será identificado pelo Monitor e conduzido por este para a sala de aula.

9. UNIFORMES

a. Considerações Iniciais O uniforme é um elemento formativo na vida do estudante. É a verdadeira expressão da identificação do estudante com o Colégio Cívico-Militar. Ao usar o uniforme do CCM, o estudante deve primar pela limpeza do seu uniforme, a adequação do tamanho de cada peça que utiliza e a correta composição do uniforme a envergar. É de responsabilidade da família e do estudante que o uniforme esteja sempre limpo e passado. Cabe aos monitores dos Colégios Cívico-Militares fiscalizar e conferir a boa apresentação dos estudantes. No entanto, todos os profissionais dos colégios são responsáveis por essa fiscalização e deverão corrigir desvios no uso dos uniformes pelos estudantes.

É importante que a família e o estudante compreendam que este, quando uniformizado, traz consigo a imagem de um colégio de referência. Por isso, o estudante deve ser estimulado a se orgulhar de envergar o seu uniforme e se sentir como o principal divulgador da imagem do colégio. Sendo assim, em virtude do significado dado ao uniforme do Colégio Cívico-Militar do Paraná, recomenda-se que o estudante se atente ao seguinte: - Não sentar no chão, degraus de escada ou guias de calçadas quando uniformizado; - Não ficar descalço; - Não sentar-se sobre mesas ou encosto de cadeiras e bancos; - Não colocar os pés em bancos cadeira e mesas; - Não escorar-se em parede, muros, grades, poste ou árvore; e - Não desfigurar as peças do uniforme em locais públicos. Recomenda-se que todas as peças do uniforme do estudante sejam identificadas pelo seu número e/ou nome. Recomenda-se que os responsáveis verifiquem se o uniforme utilizado pelo estudante do Colégio não esteja muito além ou aquém das medidas do seu responsabilizado, sendo proibido o uso de uniforme colado ao corpo.

b. Tipos de Uniformes Os uniformes a serem utilizados pelos estudantes dos Colégios Cívico-Militares são: - Uniforme de aula; e - Uniforme de educação física. c.

Composição dos Uniformes 1) Uniforme de aula. Para uso nas atividades letivas normais e nas formaturas. Usado tanto no interior quanto fora do colégio. a) Composição: - camisa manga curta azul claro; - calça comprida azul marinho com faixa na cor verde; - boina azul marinho; - jaqueta tactel azul marinho (para os dias frio); Observação 1: O moletom azul marinho pode ser usado por baixo da jaqueta tactel. Entretanto, ele não pode ser usado como peça única sobre a camisa manga curta azul claro. Observação 2: O calçado e o cinto (facultativo) não fazem parte do uniforme distribuído pela SEED. Desta forma, não há padronização. 8 b) Especificação das peças do uniforme de aula: (1) Camisa manga curta confeccionada em tecido sarjado, na cor azul claro, aberta na frente, com botões e com dois bolsos na parte frontal superior. Na manga esquerda será aplicado com velcro a tarjeta para identificação do ano letivo. Na parte superior esquerda de quem veste, acima do bolso será aplicado com velcro o Brasão do CCMPR. Na parte superior direita de quem veste, acima do bolso será aplicado com velcro o nome do estudante. (2) Calça corte reto confeccionada em poliéster, na cor azul marinho com faixa na cor verde nas laterais. Existe 2 bolsos embutidos na parte traseira, 2 bolsos nas laterais frontal e, ainda um bolso tipo porta moeda centralizado na parte superior da perna esquerda de quem veste, rente ao cócs. Passantes dispostos na frente, nos lados e atrás para receber cinto. Fechamento por meio de fecho metálico e zíper embutido. Bainha simples. (3) Boina com formato circular confeccionada em material feltrado, composição 100 % lã na cor azul marinho. Na diagonal frontal-direita da boina deverá conter o Brasão CCMPR. (4) Jaqueta tactel Jaqueta confeccionada em tecido plano na cor azul marinho. Na manga esquerda será aplicado com velcro a tarjeta para identificação do ano letivo. Na parte superior esquerda de quem veste, acima do bolso será aplicado com velcro o Brasão do CCMPR. Na parte superior direita de quem veste, acima do bolso será aplicado com velcro o nome do estudante.

2) Uniforme de educação física. Usado nos dias que a turma tem aula de educação física. Usado em eventos esportivos e extraclases, quando autorizado. Usado em formatura nos dias que a turma tem aula de educação física.

a) Composição: - camiseta manga curta branca; - jaqueta escolar helanca azul marinho; e - calça escolar helanca azul marinho. - blusão moletom azul marinho

Observação 1: O blusão moletom azul marinho pode ser usado por baixo da jaqueta helanca ou como peça única sobre a camiseta branca.

b) Especificação das peças do uniforme de educação física: (1) Camiseta branca confeccionada em malha, na cor branca e decote redondo. Na parte superior esquerda de quem veste será aplicado com velcro o Brasão do CCMPR e na parte superior direita, o nome do estudante. (2) Jaqueta escolar helanca Confeccionada em malha, na cor azul marinho, com filetes no centro da manga na cor branca. Abertura frontal com fechamento com zíper de nylon. Nas laterais, dois bolsos, com forro. Na parte frontal, do lado esquerdo de quem veste, deverá ser aplicado o Brasão do CCMPR. (3) Calça escolar helanca Confeccionada em malha, na cor azul marinho, com filetes laterais na cor branco. Cintura com elástico, bolso nas duas laterais superiores e barra feita a máquina. (4) Blusão de moletom com gola redonda, na cor azul marinho. Na parte frontal, do lado esquerdo de quem veste, deverá ser aplicado o Brasão do CCMPR.

a) Brasão dos Colégios Cívico-Militares

b) Tarjeta de identificação de ano

c) Tarjeta de identificação.

10. APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL

A apresentação individual é um dos pontos considerados de grande importância dentro do Programa Colégio Cívico-Militar do Paraná. Engloba o uniforme, a padronização do cabelo e o uso de adornos. Está inserido nos aspectos educacionais relacionados com a higiene, boa aparência, sociabilidade, postura, dentre outros.

O estudante e sua família devem entender que a apresentação individual leva consigo a sua própria imagem e o nome do Colégio que integra. Representá-lo à altura de suas tradições é uma honra e um dever.

O estudante que comparecer ao Colégio fora dos padrões de apresentação individual elencados abaixo ficará sujeito a medidas disciplinares.

a. Uso de tatuagens

Quanto ao uso de tatuagem: não é recomendável a aplicação de tatuagem em

partes do corpo que fiquem expostas quando o estudante estiver trajando uniforme. É vedada a tatuagem em qualquer parte do corpo que faça alusão à:

I - ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas;

II - violência e à criminalidade;

III - ideia ou ato libidinoso; ou

IV - discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem.

b. Segmento Masculino

1) Cabelo

O corte de cabelo será no estilo meia cabeleira, mantendo bem nítidos o contorno junto às orelhas e no pescoço. A franja, se houver, não poderá aparecer quando o estudante estiver usando boina.

O cabelo deve ser desbastado o suficiente na parte superior da cabeça, a fim de harmonizá-lo com o resto do corte e o uso da boina. As costeletas deverão estar limitadas na altura das incisuras laterais das orelhas.

Não é permitido o uso de bigode, barba ou cavanhaque.

Não são permitidos cortes raspados, desenhos, como letras, símbolos, riscos e etc, pinturas coloridas, topetes ou corte tipo “moicano”.

O estudante que não zelar pelo corte de seu cabelo está sujeito às medidas disciplinares previstas nas Normas de Conduta e Atitudes.

2) Adornos

a) brincos: não é permitido, mesmo sobreposto por fitas tipo esparadrapo, micropore, band-aid, etc;

b) colar: não é permitido, sendo admitido o uso de corrente discreta;

c) pulseira: não é permitido;

d) tornozeleira: não é permitido;

e) anéis ou alianças: é permitido o uso de uma aliança ou anel discreto;

f) relógio de pulso: é permitido o uso de qualquer modelo;

g) piercing: não é permitido mesmo sobreposto por fitas tipo esparadrapo, micropore, band-aid;

h) é proibido o uso de alargadores de qualquer tamanho.

3) Prescrições diversas

a) Não está autorizado ao estudante fazer desenhos (talhos) nas sobrancelhas.

Estas não devem ter sua forma natural alteradas por cortes ou riscos que a desconfigurem.

b) Os casos de problemas de saúde que precisem do uso de peças estranhas ao uniforme devem ser comunicados ao Monitor.

c) Os casos omissos devem ser tratados com o Diretor Cívico-Militar.

c. Segmento Feminino

1) Cabelo

Os cabelos curtos podem ser usados soltos (define-se cabelo curto aquele que não ultrapasse a borda superior da gola da blusa do uniforme).

Os cabelos médios e longos serão usados presos, obrigatoriamente, em coque, ou por meio de rabo-de-cavalo.

O coque deve permitir que a boina seja corretamente colocada na cabeça. O uso da redinha (preta ou bege, de acordo com a cor do cabelo) é obrigatória quando o cabelo estiver preso em coque.

Cabe ressaltar que não é permitido o uso de trança embutida em nenhum dos uniformes.

A franja não deve ultrapassar a linha das sobrancelhas. De boina, será colocada para dentro da mesma e as orelhas deverão estar, obrigatoriamente, descobertas. Não devem ser deixadas pontas soltas.

A coloração artificial do cabelo pode ser feita somente nas cores naturais do cabelo humano (loiro, loiro escuro, ruivo, castanho, castanho escuro e preto), em tonalidades discretas e compatíveis com o uso do uniforme, sendo vedada a alternância de cores na coloração artificial. Entende-se por alternância de cores, o cabelo que possuir tingimento em duas cores, exceto nas técnicas conhecidas como luzes, balaiagem ou reflexos.

É permitido o rabo de cavalo ou trança, presos com elástico da cor dos cabelos, nas sessões de educação física.

Em todas as situações, podem ser utilizadas presilhas (do tipo “tic-tac”) na cor preta ou próxima à cor do cabelo.

2) Adornos

a) brincos: é permitido o uso de 1 (um) brinco em cada orelha, de cor discreta, colocado no lóbulo, de tamanho pequeno que não o ultrapasse, sem pêndulo ou

pingentes e do tipo argola o diâmetro não poderá ultrapassar 1,5 cm.

- b) colar: não é permitido, sendo admitido o uso de corrente discreta;
- c) pulseira: é permitido o uso de uma pulseira discreta;
- d) tornozeleira: não é permitido;
- e) anéis ou alianças: é permitido o uso de uma aliança ou anel discreto;
- f) relógio de pulso: é permitido o uso de qualquer modelo;
- g) piercing: não é permitido mesmo sobreposto por fitas tipo esparadrapo, micropore, band-aid;
- h) presilhas de cabelo: são permitidas em cores neutras ou da cor do cabelo;
- i) é proibido o uso de alargadores de qualquer tamanho.

3) Maquiagem

É permitida, desde que aplicada com moderação, em tons discretos e compatíveis com a coloração da pele, observando-se harmonia e estética, e atentando para o nível de formalidade exigido pelo ambiente, qual seja formatura, aula, representação ou baile.

4) Unhas

a) Quanto as unhas: devem ser tratadas e mantidas, permanentemente, aparadas e com o comprimento reduzido.

b) Nas mãos: as unhas podem ser pintadas em tons claros ou discretos de rosa ou bege.

5) Prescrições diversas

1) Não está autorizado à aluna fazer desenhos (talhos) nas sobrancelhas. Estas não devem ter sua forma natural alteradas por cortes ou riscos que a desconfigurem.

2) Os casos de problemas de saúde que precisem do uso de peças estranhas ao uniforme devem ser comunicados ao Monitor.

3) Não é permitido o uso de adereços do estilo do “terêê”.

4) Os casos omissos devem ser tratados com o Diretor Cívico-Militar.

11. RECOMENDAÇÕES GERAIS

a. Aparelhos Celulares, Sonoros e Eletrônicos

O uso de caixa de som portátil é proibido. O porte dos demais aparelhos desse

enunciado é permitido no interior do Colégio. Seu uso nas salas de aula, anfiteatros e auditórios está condicionado à autorização do professor/monitor que estiver conduzindo a atividade, desde que esteja vinculado a alguma prática pedagógica, caso contrário, os aparelhos deverão ser mantidos desligados e guardados.

Não estão autorizadas tomadas de imagem (vídeos e fotos) e gravações de áudios em salas de aula sem autorização do professor/monitor.

Os fones de ouvido não podem ser utilizados durante as aulas, formaturas e enquanto o estudante estiver se deslocando no interior do Colégio. Além disso, devem ser retirados quando um profissional do CCM se dirigir ao estudante.

Como medidas de segurança interna, não é permitido a realização de imagem (foto e vídeo) de materiais, instalações e documentos de acesso restrito.

O Colégio orienta aos responsáveis para que não liguem para os celulares dos estudantes durante o período de aulas. Caso seja imprescindível o contato com o discente, solicita-se que o façam por meio dos monitores.

Também é proibida a reprodução de músicas com palavras de conteúdo impróprio e contrárias aos valores que norteiam a ética, a moral e os bons costumes. O não cumprimento do disposto nestas normas acarretará o recolhimento do aparelho e a entrega somente ao responsável, além da medida disciplinar cabível.

b. Consumo de alimentos e bebidas

É proibido o consumo de qualquer tipo de alimento e bebidas no interior de Auditórios e Salas de Aula.

c. Bebidas alcoólicas e cigarros

É proibido trazer consigo bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de droga lícita ou ilícita. É proibido o consumo de bebidas alcoólicas no interior do Colégio e fora dele, quando uniformizado ou trajando o abrigo desportivo, independente de atender ao amparo na legislação vigente com relação a idade mínima (maior idade). É proibido fumar no interior do Colégio e fora dele, quando uniformizado ou trajando o abrigo desportivo.

d. Deslocamento da turma durante o horário de aula

As turmas devem se deslocar em forma, sob o comando do Chefe ou Subchefe de Turma, e fiscalizada por um monitor.

e. Deslocamento de estudantes durante o horário de aula

Os estudantes não poderão se ausentar do Pavilhão de Ensino durante o horário de aula, exceto em casos emergenciais, após análise do Monitor.

f. Dispensa por restrição de uso de peças do uniforme

O estudante que apresentar qualquer tipo de dispensa por restrição para o uso de qualquer peça do uniforme deverá apresentar ao Monitor o atestado médico. O uso do agasalho neste caso será autorizado pelo Diretor Cívico-Militar. O estudante que não puder utilizar o uniforme por recomendação médica portará uma permissão expedida pelo Diretor Cívico-Militar, que não poderá exceder ao prazo de 30 dias. O estudante deverá renovar a permissão antes da data de sua expiração.

g. Trânsito interno

É proibida a entrada e a utilização de skates, patinetes ou qualquer outro meio de transporte elétrico/motorizado.

h. Namoro

Não é permitida nenhuma manifestação de namoro no interior do Colégio ou fora dele, quando uniformizado.

i. Comércio no interior do Colégio

É proibido comercializar qualquer tipo de produto no interior do Colégio.

Arrecadar dinheiro, passar rifas e promover coletas de qualquer produto no interior do Colégio somente com a devida autorização do Diretor Geral.

j. Saída do estudante antes do término das aulas

Poderá ocorrer a qualquer momento, desde que o estudante apresente autorização por escrito do responsável ou, em casos excepcionais, através de contato telefônico do Monitor com o responsável através do número cadastrado no Colégio.

k. Recreio

Os estudantes deverão permanecer no Refeitório e no entorno do Pavilhão de Ensino, durante o recreio. Por motivo de segurança, as salas de aula devem ser mantidas desocupadas e trancadas neste horário.

Os estudantes devem zelar pela manutenção das instalações limpas. O tratamento correto do lixo, sem deixá-lo nas mesas ou no chão, evita a proliferação de insetos e roedores, além de promover a responsabilidade ambiental de nossos estudantes. O horário do término do recreio é sinalizado pelo sinal do Pavilhão de Ensino.

I. Conduta em Sala de aula

Não é permitido o consumo de bebidas e alimentos (biscoitos, sanduíches, balas, chicletes, pirulitos...) em sala e em formaturas. Dentro das salas de aula, somente garrafas de água para consumo próprio serão permitidas.

Não é permitido o uso de instrumentos musicais. Estes instrumentos deverão ser deixados na monitoria durante as aulas. Festa de conagração no interior das salas de aula serão permitidas, em caráter excepcional, desde que acompanhadas por um professor e após autorização do Monitor. As salas deverão ser entregues limpas e arrumadas.

É proibido qualquer tipo de reprodução e transmissão de aulas.

O estudante é o responsável pela sua carteira na sala de aula.

Cuidar do patrimônio do CCM é uma obrigação de todos. Para tanto, todos devem colaborar para manter as mesas, cadeiras, paredes e portas sem riscos, e o ambiente limpo, a fim de evitar a presença de insetos e favorável ao desempenho e bem-estar dos estudantes.

Os estudantes não deverão trazer para o Colégio Líquido corretivo e estiletes, haja vista não ser prevista a utilização desses itens nas aulas. Além disso, mantém-se o ambiente mais seguro e evita-se danos aos materiais e às instalações decorrentes da má utilização dos referidos materiais.

Os estudantes deverão estar em sala nos toques de início dos tempos de aulas, aguardando o início da atividade que começa com a apresentação da turma pelo respectivo chefe ao professor.

Os subchefes de turma deverão permanecer em sala, após o término do último tempo de aula, aguardando a inspeção realizada pelo monitor. O mesmo deverá ocorrer todas as vezes que a turma se ausentar da sala de aula (educação física, recreio, etc). O subchefe de turma deverá aguardar a chegada do monitor que trancará a sala.

No contraturno, o estudo individual deve ser feito na Biblioteca.

Não serão permitidas trocas de lugares durante as aulas. O “carômetro” deverá ser rigorosamente obedecido.

É vedado ao estudante entrar em uma sala de aula que não seja a sua sem a autorização dos professores ou monitores. Cada estudante deve, também,

permanecer no corredor de sua turma de aula zelando por não atrapalhar as aulas que estejam em andamento.

O estudante que for retirado de sala deve ser encaminhado à Monitoria sendo redigido pelo professor o Fato Observado (FO) devido para a apuração disciplinar a ser realizada pelo Diretor Cívico-Militar.

m. Uso da Boina

O estudante deve sempre usar a boina no interior do CCM e fora dele, externando todos os seus valores e significados.

É autorizado permanecer sem boina (descoberto) nos corredores das salas de aula do Pavilhão de Ensino e no interior das salas de aula.

A boina deverá ser usada com a posição correta na cabeça e a franja deve estar totalmente coberta.

n. Formaturas

As Formaturas serão realizadas diariamente no primeiro horário, conforme item 8. HORÁRIO DO CORPO, deste manual.

Ao chegar no colégio, o estudante deve se dirigir para o local da formatura e entrar em forma dentro da sua turma.

As formaturas estão inseridas na Proposta Pedagógica do PCCM/PR. Assim, é imprescindível a participação do estudante. Na formatura será realizado o hasteamento/apresentação da Bandeira Nacional, o canto do Hino Nacional ou outro Hino preestabelecido pelo Diretor Cívico-Militar, (Hino da Independência, Hino à Bandeira, Hino do Estado do Paraná, Hino do Município, etc.) e palavras do Diretor Geral ou Diretor Cívico-Militar.

Os estudantes com dispensa médica, mediante apresentação de atestado médico, permanecerão em um dispositivo ao lado do local da formatura de modo que possam acompanhar todos os atos e avisos que sejam passados na formatura. Em casos excepcionais, o estudante que por motivo de saúde necessitar acompanhar a formatura sentado poderá fazê-lo, orientado pelo Monitor.

o. Continência individual

Os estudantes serão instruídos e deverão prestar a continência aos Símbolos Nacionais (Bandeira Nacional, Hino Nacional) por ocasião da formatura. A continência é um cumprimento militar (como um “bom dia” ou “boa tarde”). Os estudantes serão

estimulados a cumprimentar a todos dentro do colégio (Diretores, professores, monitores, etc) com a continência individual.

12. OBRIGAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS

Os deveres do responsável pelo estudante estão previstos no Regimento Interno dos Colégios Cívico-Militares do Paraná. Um extrato dos deveres previstos no Regimento está disposto a seguir:

I. matricular o estudante na instituição de ensino, de acordo com a legislação vigente;

II. manter relações cooperativas no âmbito escolar;

III. assumir junto à instituição de ensino ações de corresponsabilidade que assegurem a formação educativa do estudante;

IV. assegurar o comparecimento e a permanência do estudante na instituição de ensino;

V. respeitar a decisão do Conselho Escolar quanto ao uso do uniforme pelo estudante no ambiente escolar;

VI. respeitar os horários estabelecidos pela instituição de ensino para o bom andamento das atividades escolares;

VII. requerer transferência quando responsável pelo estudante, criança ou adolescente;

VIII. identificar-se na secretaria da instituição de ensino, para que seja encaminhado a atendimentos;

IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da instituição de ensino, sempre que se fizer necessário;

X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar de que, por força do Regimento Escolar, for membro inerente;

XI. acompanhar o desenvolvimento escolar do estudante pelo qual é responsável;

XII. encaminhar e acompanhar o estudante pelo qual é responsável aos atendimentos especializados, solicitados pela instituição de ensino e ofertados pelas instituições públicas;

XIII. respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembleias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;

XIV. apresentar à equipe pedagógica, o atestado médico e/ou justificativa, em caso de falta às aulas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

XV. denunciar os casos suspeitos de desrespeito aos Direitos Humanos contra a população infanto-juvenil, conforme legislação vigente;

XVI. prevenir todas as formas de violência no ambiente escolar;

XVII. cumprir o disposto no Regimento Escolar.

13. ATRIBUIÇÕES DO CHEFE E SUBCHEFE DE TURMA

A execução da chefia de turma por parte dos estudantes tem por objetivo possibilitar ao estudante o desenvolvimento de competências atitudinais essenciais na formação do cidadão. A função de Chefe e Subchefe será exercida por todos os estudantes, mediante escala feita pelos monitores. A não obediência das ordens emanadas pelo Chefe e Subchefe de Turma é passível de aplicação de medidas disciplinares.

a. São atribuições do Chefe de Turma

1) Colocar a turma em forma nos horários previstos ou determinados, cuidando para que isso não implique atraso para apresentação dela. O chefe de turma deverá ser o primeiro estudante a chegar ao local da formatura.

2) Apurar as faltas verificadas na turma nas formaturas, apresentando-as para o Monitor e informando-lhe, se possível, os motivos.

3) Deslocar a turma em forma e em silêncio, salvo ordem em contrário.

4) Fiscalizar a entrada e a saída da turma na sala de aula, devendo esta ser em ordem e em silêncio.

5) Realizar a apresentação da turma na chegada do professor, no lugar determinado e na hora fixada.

6) Lançar, no canto inferior direito do quadro, o número dos estudantes faltosos no tempo de aula.

7) Receber documentos destinados à turma, distribuí-los aos interessados, recolhê-los, quando for o caso, para restituí-los a quem de direito, tudo dentro dos prazos estipulados.

8) Retransmitir avisos gerais à turma, zelando pelo cumprimento das obrigações no que for de sua alçada.

9) Informar, por ocasião das vistorias realizadas pelos monitores na sua sala de aula, o responsável ou responsáveis por danos ocorridos no material da sala.

10) Dar ciência ao Monitor de todas as alterações ocorridas na turma.

11) Dar conhecimento das presentes normas ao subchefe de turma, a quem cabe substituí-lo em todas as eventualidades em que estiver ausente.

12) Exigir a perfeita correção de atitudes dos demais estudantes da turma.

13) Procurar constituir-se num exemplo aos seus colegas, enquadrando-se nas normas do CCM, sem descuidar dos princípios de educação e moral.

a. São atribuições do Subchefe de Turma

1) Substituir o chefe de turma na sua ausência, devendo inteirar-se das atribuições normais dela.

2) Auxiliar o chefe de turma na colocação da turma em forma, nos horários previstos ou determinados, a fim de evitar atraso para apresentação da mesma.

3) Zelar pela organização e conservação da sala de aula, atuando nos intervalos e no final do turno.

4) Manter uma adequada disposição das carteiras.

5) Acionar os estudantes para que se dirijam ao local de formatura, logo que tenham deixado o material na sala de aula, quando for o caso.

6) Providenciar, quando solicitado pelo professor, o material necessário às aulas como giz, caneta, apagador, etc.

7) Recolher à Monitoria, diariamente, ao término das aulas, o material esquecido pelos estudantes.

8) Informar ao monitor qualquer dano material na sala que observe no início e no final da aula.

9) Informar ao monitor os problemas elétricos existentes em sala de aula.

10) Aguardar a chegada do Monitor para que este tranque a sala, por ocasião da saída da turma da sala de aula.

14. JUSTIFICATIVA DE FALTAS

No caso de o estudante estar impossibilitado de comparecer às aulas, solicita-se que os responsáveis entrem em contato com o Monitor, se possível com antecedência, e em último caso, no mesmo dia da falta, ainda que por telefone.

Independente da comunicação, deve ser apresentado documento (atestado, declaração, etc) que justifique a falta, no máximo em 3 (três) dias úteis, após a ocorrência. Findo este prazo, a justificativa não será mais considerada.

As faltas não justificadas às atividades são sujeitas a medidas disciplinares capituladas nas Normas de Conduta e Atitudes.

As faltas, mesmo que justificadas, serão registradas na ficha do estudante.

São causas de justificação:

- 1) tratamento de saúde própria, comprovado por meio de atestado médico;
- 2) motivo de saúde de pessoa da família, uma vez comprovada a necessidade de acompanhamento do estudante;
- 3) luto de parentes;
- 4) calamidades e ocorrências julgadas pertinentes pelo Diretor Cívico-Militar;
- 5) outras a critério do Diretor Cívico-Militar.

O limite máximo de faltas corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do total da carga horária curricular, independente de se tratar de faltas justificadas ou não. Atingindo este limite, o estudante será reprovado conforme prescrito no Inciso VI do art. 24 da LDB.

O CCM notificará ao Conselho Tutelar do Município os estudantes que apresentarem quantidade de faltas acima de 30% da carga horária constante da grade curricular (Inciso VII, do art 12 da LDB)

15. REGIME DISCIPLINAR

As Normas de Conduta e Atitudes sistematizam as normas disciplinares a que está submetido o corpo discente do CCM.

Faltas comportamentais e atitudinais são todas as ações ou omissões contrárias à disciplina escolar especificadas no Apêndice I das Normas de Conduta e Atitudes, além de qualquer violação dos preceitos de ética, deveres e das obrigações escolares, regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos estudantes, em função do sistema de ensino peculiar

aos Colégios Cívico-Militares. Os estudantes do CCM terão nota de comportamento.

Ao ingressar no CCM, o estudante recebe nota 5,0 (cinco) de comportamento,

que pode variar no decorrer de sua vida escolar. O estudante transferido de um CCM para outro manterá a nota de comportamento que tinha no CCM de origem.

A variação da nota de comportamento pode acontecer da seguinte forma:

a. Decréscimo, com o cometimento de faltas comportamentais e atitudinais:

- Leve: - 0,25

- Grave: - 1,0

- Gravíssima: - 2,0

b. Melhoria de comportamento:

1) O reconhecimento público a uma ação meritória praticada pelo estudante resultará na melhoria de seu comportamento. Sua finalidade é estimular o exercício da cidadania, o bom desempenho nas atividades escolares, o respeito ao próximo e a retidão de conduta necessária à construção de um ambiente social de convivência saudável.

2) A título de estimular o estudante na conquista desses objetivos, as Atitudes Comportamentais Positivas elencadas no Apêndice II das Normas de Conduta e Atitudes constituem fatores de melhoria de comportamento e recebem o valor de 0,25 ponto que será somada no cômputo da nota de comportamento.

3) Além das Atitudes Comportamentais Positivas elencadas no Apêndice II, outras, a critério do Diretor Cívico-Militar, poderão ser consideradas e, também receberem 0,25 ponto somado no cômputo da nota de comportamento.

APÊNDICE I às Normas de Conduta e Atitudes

RELAÇÃO DE FALTAS COMPORTAMENTAIS E ATITUDINAIS

FALTAS COMPORTAMENTAIS E ATITUDINAIS CLASSIFICAÇÃO

PONTUAÇÃO PERDIDA

1 - Deixar de comparecer ou chegar atrasado às atividades programadas ou delas ausentar-se sem autorização. LEVE - 0,25

2 - Portar-se de modo inconveniente nas atividades escolares, nas instruções ou em formaturas, perturbando o desenvolvimento dessas atividades. LEVE - 0,25

3 - Simular doença para esquivar-se ao atendimento de obrigações e atividades escolares. LEVE - 0,25

- 4 - Apresentar-se com uniforme diferente do que foi previamente estabelecido. LEVE - 0,25
- 5 - Ter pouco cuidado com o asseio próprio ou coletivo e com sua apresentação individual. LEVE - 0,25
- 6 - Deixar de usar ou usar de maneira irregular, peças de uniforme previstas nas Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Estudantes ou nas normas vigentes. LEVE - 0,25
- 7 - Deixar material ou dependência sob sua responsabilidade, desarrumada ou com má apresentação, ou para tal contribuir. LEVE - 0,25
- 8 - Deixar de apresentar material, documento ou trabalhos escolares de sua responsabilidade, nas atividades escolares ou quando solicitado, em dia e em ordem. LEVE - 0,25
- 9 - Deixar de devolver ao professor ou ao monitor, dentro do prazo estipulado, qualquer documento, devidamente visado pelo pai ou responsável. LEVE - 0,25
- 10 - Faltar à verdade. GRAVE - 1,0
- 11 - Comportar-se de maneira inadequada, desrespeitando ou desafiando pessoas, descumprindo normas vigentes ou normas de boa educação. GRAVE - 1,0
- 12 - Ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do colégio, cartazes, jornais ou publicações que atentem contra a moral. GRAVE - 1,0
- 13 - Retirar ou tentar retirar de qualquer dependência do colégio, material, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou do proprietário. GRAVE - 1,0
- 14 - Entrar no colégio ou dele sair, não estando para isso autorizado, bem como entrar ou sair por locais e vias não permitidos. GRAVE - 1,0
- 15 – Publicar ou contribuir para que sejam publicadas mensagens, fotos ou qualquer outro documento, na Internet, que possam concorrer integrante do colégio. GRAVE - 1,0

FALTAS COMPORTAMENTAIS E ATITUDINAIS CLASSIFICAÇÃO
PONTUAÇÃO PERDIDA

16 – Utilizar sem devida autorização telefones celulares e/ou aparelhos eletrônicos nas atividades escolares, nas instruções ou em formaturas, perturbando o seu desenvolvimento. GRAVE - 1,0

17 - Utilizar de processos fraudulentos na realização de provas e trabalhos escolares, bem como a adulteração de documentação. GRAVE - 1,0

18 - Praticar gestos que intimidam e agridem pessoas tanto verbal quanto fisicamente (bullying). GRAVE - 1,0

19 - Fazer uso de tecnologias da informação e comunicação para dar apoio a comportamentos deliberados, repetidos e hostis para prejudicar outrem (cyberbullying). GRAVE - 1,0

20 - Causar danos físicos e/ou materiais leves de qualquer natureza. GRAVE - 1,0

21 - Portar objetos que ameacem a segurança individual e/ou da coletividade. GRAVÍSSIMA - 2,0

22 – Causar danos físicos e/ou materiais graves de qualquer natureza. GRAVÍSSIMA - 2,0

23 – Portar, usar e/ou distribuir drogas ilícitas nas dependências do colégio. GRAVÍSSIMA - 2,0

24 – Promover ou envolver-se em rixa, inclusive luta corporal, com outro estudante ou profissionais do colégio. GRAVÍSSIMA - 2,0

APÊNDICE II às Normas de Conduta e Atitudes

RELAÇÃO DE ATITUDES COMPORTAMENTAIS POSITIVAS

PARTICIPAÇÃO POSITIVA

PONTUAÇÃO GANHA

1 - Participou ativamente da aula, sendo voluntário na apresentação de respostas aos questionamentos feitos pelo professor. + 0,25

2 - Participou ativamente durante a aula, sendo voluntário na apresentação de exemplos solicitados pelo professor. + 0,25

3 - Colaborou com um colega que estava com dificuldade de aprendizado. + 0,25

4 - Colaborou com o professor durante a aula, ajudando-o voluntariamente na preparação da aula. + 0,25

- 5 - Demonstrou gentileza para com um colega com alguma necessidade. + 0,25
- 6 - Demonstrou gentileza para com um professor, monitor ou agente. + 0,25
- 7 - Contribuiu espontaneamente para a limpeza, arrumação e manutenção da sala de aula, do pátio, quadra poliesportiva ou outra dependência do colégio. + 0,25
- 8 - Entregou ao monitor ou ao professor objeto alheio encontrado perdido. + 0,25
- 9 - Entregou ao monitor ou ao professor dinheiro que não lhe pertence encontrado no chão. + 0,25
- 10 - Apresentou-se como voluntário para participar de atividade extraclasse representando o colégio. + 0,25
- 11 - Apresentou-se como voluntário para participar de atividades de assistência social. + 0,25
- 12 - Compareceu à formatura matinal com o uniforme impecavelmente bem passado. + 0,25
- 13 - Compareceu à formatura matinal com excelente apresentação individual. + 0,25
- 14 - Por ocasião da formatura matinal, destacou-se dos demais pela vibração no canto do Hino Nacional ou outro hino previsto para o dia. + 0,25
- 15 - Por ocasião da formatura matinal, destacou-se dos demais pela vibração na execução dos movimentos de ordem unida. + 0,25
- 16 - Por ocasião da formatura matinal, auxiliou espontaneamente o Chefe de Turma e/ou o Monitor para colocar a turma em forma. + 0,25

16. CONCESSÃO DE MÉRITOS

Definição de mérito: é a recompensa conferida, sob formas e condições previamente estabelecidas, aos estudantes que se distinguiram nas atividades escolares, representada por bem de valor moral ou material que objetiva reconhecer esforços empregados, promover a imagem do Programa CCM/PR, estimular o gosto pela competição sadia e enaltecer virtudes morais.

a. Nota de Participação Positiva (NPP)

O estudante que, dentro de um respectivo trimestre, atingir nota 10,0 (dez) de comportamento, receberá 1,0 (um) ponto extra (não cumulativo) em cada disciplina a

título de Nota de Participação Positiva.

b. Medalha de Aplicação e Estudo

Será concedida trimestralmente a Medalha de Aplicação e Estudo (MAE) a todos os estudantes que, ao final do respectivo trimestre, obtiverem nota igual ou superior a 8,0 (oito) em todas as disciplinas, inclusive comportamento.

A MAE será entregue em formatura geral do colégio, com presença dos pais/responsáveis, professores e diretores. O Diretor-Geral poderá convidar autoridades locais para a solenidade a título de prestigiar e incentivar os estudantes.

c. Medalha Mérito Escolar

Será concedida ao final do ano letivo, como reconhecimento ao mérito, aos estudantes concludentes dos anos do ensino fundamental e médio classificados em 1º lugar (medalha de “ouro”), 2º lugar (medalha de “prata”) e 3º lugar (medalha de “bronze”) nas suas respectivas séries/ano escolar.

A classificação dos estudantes dentro de uma mesma série/ano escolar será obtida através do Índice de Rendimento Escolar (IRE).

O IRE de cada estudante será obtido através da média aritmética de todas as notas trimestrais de todas as matérias.

A Medalha Mérito Escolar será entregue a todos os agraciados na formatura de colação de grau do 3º ano, com presença dos pais/responsáveis, professores e diretores. O Diretor Geral poderá convidar autoridades locais para a solenidade a título de prestigiar e incentivar os estudantes.

17. CONCLUSÃO DAS NORMAS

O Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná foi criado com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação ofertada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio no Estado do Paraná - §1º, Art.1º da Lei 20.338/2020.

O Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná foi idealizado para você, estudante.